



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 549, 553, 555, 557 a 559, 562, 563, 567 a 569 e 573 e dos Projetos de Resolução n.ºs 732 a 752.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo para reclamações contra inexactidões relativas à Proposta de Lei n.º [38/XVI/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária

de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 5/XVI/1.^a (PCP) — Política geral, centrada na degradação da situação social do País em consequência da política de direita, intervieram o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação (Patrícia Machado Santos) e da Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Torres](#) (PS), [Marcus Santos](#) (CH),

[Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Isabel Ferreira](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Maria Begonha](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Pedro Roque](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

No encerramento do debate, proferiram intervenções a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à sessão.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias, para o acesso do público.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e demais Membros do Governo.

Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de proceder à leitura do expediente de hoje.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [549](#) e [569/XVI/1.ª](#) (BE), [553/XVI/1.ª](#) (PS), [555/XVI/1.ª](#) (PSD-CDS-PP), [557/XVI/1.ª](#) (PCP), [558](#), [559](#), [562](#) e [563](#) (PAN), [567](#) e [568/XVI/1.ª](#) (L) e [573/XVI/1.ª](#) (CH).

Deram também entrada os Projetos de Resolução n.ºs [732](#), [737](#), [740](#), [746](#) e [751/XVI/1.ª](#) (BE), [733/XVI/1.ª](#) (PSD-CDS-PP), [734](#) e [752/XVI/1.ª](#) (CH), [735/XVI/1.ª](#) (PSD), [736](#), [738](#), [739](#) e [741/XVI/1.ª](#) (PCP), [742](#), [743](#), [744](#) e [745/XVI/1.ª](#) (PAN) e [747](#), [748](#), [749](#) e [750/XVI/1.ª](#) (L).

O Sr. **Presidente**: — Pedia a atenção dos Srs. Deputados, porque vamos ter de fazer aqui a votação de um requerimento quanto à dispensa do prazo para reclamações contra inexatidões relativas à Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem.

Todos os grupos parlamentares estão informados disto, segundo a indicação que me foi dada. Portanto, pedia a atenção dos Srs. Deputados. É rápido, mas queria que fosse uma votação consciente, como é óbvio.

Pausa.

Vou então pôr à votação o requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora entrar na nossa ordem do dia, que consiste na Interpelação ao Governo n.º 5/XVI/1.ª (PCP) — Política geral, centrada na degradação da situação social do País em consequência da política de direita.

Para a intervenção de abertura, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, que dispõe de 10 minutos.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem — quem está em pé — e de criarmos as condições para ouvir o Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PCP traz, mais uma vez, à Assembleia o confronto entre a realidade do País e as opções de um Governo ao serviço de uma minoria e cuja propaganda, que é muita, não apaga as injustiças nem as desigualdades.

«Liderança com coragem», afirmou o Sr. Primeiro-Ministro aqui, ainda na semana passada.

Liderar com coragem e baixar o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), entregar benefícios fiscais às grandes empresas e aos não residentes, fechar os olhos aos milhões que todos os dias saem do País para o exterior, sem tributação.

Liderar com coragem e impor mais horas e mais anos de trabalho; abrir o caminho para o assalto aos fundos da segurança social; privatizar e promover negociatas, como aquelas a que assistimos nos aeroportos, nas concessões rodoviárias, na Fertagus ou aquela que está em curso na TAP (Transportes Aéreos Portugueses); desmantelar serviços públicos, desde logo o Serviço Nacional de Saúde e educação.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas pedia, se faz favor, aos Srs. Deputados que pusessem fim ao burburinho; é uma questão de termos condições para ouvir.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, pedia-lhe que informasse ao Sr. Primeiro-Ministro que governar para os poderosos não é um ato de coragem, é, isso sim, uma demonstração de vassalagem e submissão aos interesses dos grupos económicos, às multinacionais e às imposições da União Europeia do imperialismo,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah, a União Europeia é imperialista!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... amarrando o País a perigosos projetos belicistas.

Coragem é responder aos problemas do País e às necessidades da maioria, opção que o Governo não faz, apostado que está em ficar para a história como uma comissão de gestão dos interesses daqueles que se acham donos disto tudo.

É um Governo com pressa em mostrar serviço a quem o patrocina e transformar cada problema em novos favores, e é assim com o aplauso do Chega e da Iniciativa Liberal e com a anuência do Partido Socialista.

Aumentar a produtividade, criar riqueza para depois distribuir — conhecemos bem esta lengalenga, repetida até à exaustão.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Para os trabalhadores é sempre para depois, tal como o é para quem trabalhou uma vida inteira e para os 2 milhões de pessoas, 380 000 crianças, que estão na pobreza.

Mas, desta conversa toda, toda esta lengalenga cai por terra perante os 32 milhões de euros de lucros por dia de 19 grupos económicos. Estes nunca precisam de esperar pela riqueza que vai vir amanhã.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E os trabalhadores portugueses.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Estes lucram, e de que maneira, com a riqueza que é criada hoje, criada pelos 4 milhões e 800 mil assalariados, os que põem o País a funcionar, os que trabalham por turnos e à noite, os que têm de recorrer a dois e três empregos, sujeitos à precariedade e com a maioria, desde logo as mulheres, a não levar 1000 € de salário para casa; trabalhadores que, com o seu esforço físico e intelectual, criam toda a riqueza e que merecem valorização, reconhecimento, respeito e o aumento significativo dos seus salários.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Aos trabalhadores, o Governo pede para esperarem por melhores dias. Pois que esperem os grupos económicos, pois que esperem as multinacionais, que espere a banca, que espere Bruxelas e a sua corrida aos armamentos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a Rússia?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É agora que é preciso aumentar salários e avançar com 15 % de aumentos, no mínimo 150 € para cada trabalhador.

Quem trabalha e quem trabalhou uma vida inteira merece uma vida justa e uma vida melhor.

Um milhão de reformados recebe menos de 510 € por mês. O Orçamento do Estado está a dar 1800 milhões de euros em benefícios fiscais, e é o mesmo Orçamento do Estado que recusa utilizar esse mesmo valor para

aumentar pensões em 5 %, 70 €, no mínimo, para todos os reformados. Entre os grupos económicos e mais de 2 milhões de reformados, a opção do Orçamento do Estado foi clara.

É agora que se impõe o aumento do rendimento dos reformados e dos pensionistas.

O custo de vida aumenta e aperta ainda mais os, já de si, mais apertados. O preço dos alimentos subiu 27 % e não foi em benefício daqueles produtores e daqueles pescadores.

As despesas da habitação, eletricidade, água, gás e combustíveis subiram quase 18 % e as telecomunicações tiveram o maior aumento dos últimos 30 anos.

A botija do gás é um exemplo flagrante de como os rendimentos de 2,2 milhões de famílias são sugados pela gula dos grupos económicos. Desde 2022, o preço da botija do gás subiu 28 % e custa hoje, em Portugal, mais do dobro do que custa em Espanha — em Espanha, onde os preços são regulados; em Espanha, é bom lembrar, onde o salário mínimo é cerca de 1200 €. Em Portugal, como se sabe, e como se expressa nos lucros anunciados, quem decide os preços é a Galp, da família Amorim.

Risos da IL.

Tudo é negócio...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Festa do Avante, não?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... e dismantlar o SNS (Serviço Nacional de Saúde) é outro objetivo deste Governo.

Afirmam os arautos do negócio que não interessa se é público ou privado, o que importa é que as pessoas tenham acesso a cuidados.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro! É para os doentes!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Uma mentira, para justificar as milionárias transferências de recursos públicos para os grupos económicos e para acelerar um meticuloso plano de encerramento de serviços.

O que está em curso é uma degradação organizada, um criminoso plano que impõe elevados tempos de espera, a falta de acesso a consultas e cirurgias, milhares de utentes sem médico de família.

Quanto mais crescem os grupos da doença, mais recua o direito à saúde. Os mesmos que afirmam que é preciso racionalidade económica são aqueles que obrigam os hospitais públicos a pagar milhões em cirurgias a grupos privados, em vez de investir em equipamentos e meios para o Serviço Nacional de Saúde.

O Serviço Nacional de Saúde não pode esperar. É urgente enfrentar a sua maior dificuldade: a falta de médicos, de enfermeiros e técnicos, profissionais que precisam de ser valorizados nas suas carreiras, nas suas profissões, desde logo integrando na carreira o internato médico.

No País real, milhares de pessoas enfrentam rendas que não se aguentam, prestações aos bancos que levam os salários, despejos que se acentuam e, perante isto, o Governo decide pelo negócio, dá mais apoios e cria legislação à medida dos interesses da banca e dos fundos imobiliários.

Faltam casas que as pessoas possam pagar, é esse o problema. Uma realidade que se expressa, inclusive, na garantia pública, com os jovens a esbarrar na taxa de esforço; casas demasiado caras para os salários e salários demasiado baixos para a especulação; vidas bloqueadas, com salários baixos e o projeto de trabalhar e viver em Portugal profundamente adiado.

A cereja no topo do bolo são as alterações à lei dos solos. Os compromissos têm de ser mesmo muito grandes, para que, mesmo com tudo o que já envolveu e está a envolver, haja ainda uma maioria significativa disponível para insistir nesta lei.

A crise na habitação não se enfrenta com negociatas nem com mais especulação, mas sim com o controlo de rendas, com 1 % do PIB (produto interno bruto), em média, para a habitação pública e a pôr os milhões de euros de lucros recorde da banca a contribuir para a resolução deste problema crescente na sociedade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso também é importante!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O País não avança com uma política ao serviço de uma minoria que quer sempre mais exploração, mais lucro, mais favores, mais benefícios e mais benesses.

O perdão à multa da banca de 225 milhões de euros é só mais um escândalo...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esse é do Governo, também!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... que se junta a muitos outros e que revela que, num País onde os grupos económicos e as multinacionais mandam cada vez mais, a vida dos trabalhadores, da juventude, dos reformados, dos agricultores e dos micro, pequenos e médios empresários anda necessariamente para trás.

Não estamos condenados às injustiças, às desigualdades, à pobreza e à corrupção, Portugal não é uma província da União Europeia. Portugal é um País soberano, com uma voz própria e com uma Constituição, para cumprir e fazer cumprir, na vida de todos e todos os dias.

Sr. Ministro, os trabalhadores, o povo e o País exigem respostas para enfrentar as crescentes dificuldades da vida. Vai o Governo continuar apostado em falar num País virtual e ao serviço de uns poucos? Ou vai fazer aquilo a que está obrigado pela Constituição, que é governar a favor da maioria e a favor das pessoas?

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, na abertura deste debate, vou também dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 10 minutos. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O futuro presidente da Câmara do Porto!... Candidato, candidato!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema escolhido pelo PCP para definir esta interpelação é, em si mesmo, uma excelente evidência das motivações que a fundamentam.

Risos de Deputados da IL.

O PCP é um partido originário da nossa democracia e que, desde logo, por isso mesmo, é credor do nosso respeito cívico.

Contudo, não deixa de ser impressionante como este partido manifesta uma absoluta incapacidade de adaptação às novas dinâmicas sociais e comunitárias, permanecendo cristalizado em torno de conceitos e preconceitos datados que, tendo respaldo nos livros de história, passam ao lado da vida das pessoas neste século XXI. Uma sociedade dividida entre «uns» e «outros», entre «nós» e «eles», numa alegada luta entre classes, só tem hoje adesão nos meios extremistas e populistas, seja à esquerda, seja à direita. Esta conceção de sociedade não tem qualquer fundamento no apoio aos mais pobres, aos trabalhadores ou às franjas mais vulneráveis da nossa sociedade. Não, este paradigma, próprio dos populistas e extremistas, visa cavar barricadas, um fosso que instiga o ódio, a revolta e o protesto, numa caça ao voto oportunista.

Reconheço que, ao contrário de outros, o PCP não recorre à desinformação e à leveza irresponsável da insinuação capciosa, mas isso não o isenta de uma atitude divisória, que não contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e mais justa. É essa a razão que me leva a mostrar o meu desapontamento pelo PCP alinhar, eventualmente de forma inconsciente, nesta forma de estar na vida política.

Para este Governo, não é importante se as nossas políticas são etiquetadas de esquerda ou de direita.

Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

É importante — isso sim —, avaliarmos se as políticas são boas ou são más, se têm um impacto positivo ou negativo na vida de cada um dos cidadãos. Se estivéssemos preocupados em qualificar as nossas políticas de esquerda ou de direita, teríamos, certamente, muitas dúvidas existenciais.

Como será que o PCP qualifica as medidas que nós tomámos, por exemplo, no apoio aos idosos?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Serão de esquerda ou de direita? E o aumento extraordinário de pensões é de esquerda ou de direita?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E o aumento significativo do complemento solidário para idosos é de esquerda ou direita? E o acesso gratuito a medicamentos, de que já beneficiaram cerca de 133 000 idosos, é de esquerda ou de direita?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E as políticas para os jovens são de esquerda ou de direita? O IRS Jovem (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) é de esquerda ou de direita?

Protestos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não pagaram aos jovens, ainda! Que vergonha!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo no acesso à habitação é de esquerda ou de direita? E a garantia pública na compra de primeira habitação é de esquerda ou de direita?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Graças a quem?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora diga lá o que é que é de esquerda!?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E os apoios ao arrendamento são de esquerda ou de direita?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E o acordo tripartido de salários e rendimentos, que envolveu os diferentes parceiros sociais, trabalhadores e empregadores, é de esquerda ou de direita?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E, já agora, o acordo com os professores?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sem a FENPROF (Federação Nacional dos Professores)!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E com as forças de segurança? E com as Forças Armadas? E com os oficiais de justiça?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E com os guardas prisionais? E com os enfermeiros e demais profissionais de saúde? E com os bombeiros sapadores?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei! E em Faro?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Estes foram acordos de esquerda ou de direita? E o aumento do salário mínimo será de esquerda? E do salário médio será de direita?

Risos de Deputados do PSD.

E a aposta na escola pública, com o programa + Aulas + Sucesso para atrair e reter professores e para recuperar as aprendizagens, é de esquerda ou de direita?

E o passe ferroviário verde, para todos poderem viajar por 20 € por mês, todos os dias,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Esse é de esquerda! É do Livre!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... em todo o País, é de esquerda ou de direita?

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É de esquerda!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E a nova política de imigração, trazendo rigor e critério nas admissões para podermos, com humanismo, acolher melhor quem nos procura, é de esquerda ou de direita? E a redução em 20 %, face ao ano passado, nos tempos médios de espera nos serviços de urgência neste inverno é de esquerda ou de direita?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E a decisão de aumentar exponencialmente o investimento na construção de habitação pública, passando das anunciadas 26 000 novas casas para 59 000, é de esquerda ou de direita?

E um Orçamento do Estado que assegura contas certas é de esquerda ou de direita?

E um orçamento que, ao mesmo tempo que assegura contas equilibradas, aumenta salários, aumenta pensões, aumenta o investimento público e reduz impostos,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... é um orçamento de esquerda ou de direita?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estas sucessivas perguntas devem ser interpretadas como perguntas retóricas.

Na verdade, no Governo não precisamos de saber a resposta, é para nós irrelevante.

Protestos do L.

O Governo está hoje no centro político, na medida em que coloca a pessoa — cada um dos portugueses e cada uma das portuguesas —, no centro das suas prioridades e da sua agenda política.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Governamos para as pessoas, não estamos atados a dogmas ideológicos...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Estão, estão! Estão a ajudar os grupos económicos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... ou a preconceitos sociais.

Não temos afinidades internacionais castradoras, somos livres, somos ambiciosos e queremos mesmo transformar Portugal.

Se olharmos para os indicadores económico-financeiros, vemos hoje números auspiciosos, designadamente quando nos comparamos com os nossos parceiros europeus.

Ao nível das contas públicas, os números mostram-nos que, no terceiro trimestre de 2024, tivemos a segunda maior descida da dívida pública em toda a zona euro. Essa mesma dívida, está agora na casa dos 95 % do PIB. E o rácio da dívida externa líquida — esse indicador que tantos problemas nos trouxe quando o PS nos conduziu à bancarrota —, bateu mesmo o recorde mínimo desde há 20 anos.

Em simultâneo, verificamos que este sentido de equilíbrio e esta responsabilidade orçamental não estão a ser sinónimo de uma atrofia dos apoios sociais e do incentivo ao crescimento. No último trimestre de 2024, Portugal registou o maior crescimento da Europa em cadeia e o terceiro maior em termos homólogos.

Apesar desta promissora situação do País, não ignoramos que vivemos tempos particularmente desafiadores à escala global. Este é, pois, o tempo de valorizar também a estabilidade que caracteriza o nosso País. Sem prejuízo da salutar dialética política e parlamentar, é importante que todos, nomeadamente nesta Casa, nos movamos pelo mesmo propósito: servir o interesse nacional e cuidar da vida dos portugueses.

O País pode contar com o Governo para continuar a liderar uma verdadeira transformação positiva do País, com ambição e com estabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, a Mesa regista três pedidos de esclarecimento relativos à intervenção do Sr. Deputado. Como pretende responder?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, responderei a todos em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, este debate agendado pelo PCP tem como tema a degradação da vida social no País em resultado da política de esquerda,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — De direita!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... ou de direita, neste caso. Mas, Sr. Deputado, acho que o PCP se enganou,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, isso já vai sendo costume.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... efetivamente, no tema deste debate, porque muito do que este Governo tem feito tem sido precisamente para corrigir e resolver os erros...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E os grupos económicos?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... cometidos durante os Governos do Partido Socialista,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Já não dá, já estragou a piada!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... precisamente para melhorar a situação social do País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vamos a factos: em 2024, Portugal cresceu quase três vezes mais do que a média da zona euro. Atingimos o máximo de pessoas empregadas, com mais de 5 milhões e 100 mil portugueses a trabalhar. O salário médio cresceu para mais de 1600 €, mais 6 % do que no ano passado.

Protestos do Deputado do PS João Paulo Correia.

O salário mínimo subiu para 870 €, mais 50 € do que no ano passado e mais 15 € do que os governos do Partido Socialista queriam.

As pensões subiram para todos os pensionistas e o complemento solidário para idosos chegou a 80 000 novos beneficiários, por causa das políticas deste Governo. E este Governo chegou, também, a acordo com inúmeras classes profissionais que foram olímpicamente ignoradas pelos governos do Partido Socialista durante oito anos.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Tal qual!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E, por isso, Sr. Deputado, com base nestes dados, acha mesmo que a situação social em Portugal está pior? Não, Sr. Deputado, claro que não está.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vá lá falar com os portugueses!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E os números demonstram, efetivamente, que a situação social em Portugal está melhor do que estava...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Olhe o desemprego!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... no tempo do Partido Socialista. E, por isso, o PCP enganou-se no tema deste debate, porque, das duas, uma, Sr. Deputado: ou o debate era sobre a degradação, no passado, da situação social do País,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... em resultado das políticas de esquerda do PS, muitas delas apoiadas pelo Partido Comunista,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... ou o tema do debate teria de ser a melhoria da situação social do País, em resultado das políticas deste Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado, ainda vai a tempo de reconhecer este erro. E porque não aceita a realidade destes factos e muda ainda o tema deste debate?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado André Ventura. Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Raimundo traz-nos um debate que deve ser o mesmo que o PCP traz a esta Casa desde 1974.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Igual: as mesmas palavras, os mesmos textos, só vão mudando os intervenientes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só alguns.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas notei que culpa todos. Culpa o sistema económico, culpa as empresas, culpa alguns — alguns! — trabalhadores, culpa todo o mercado, só não culpa uma coisa. Só não culpa o sistema político corrupto que temos hoje e de que o PCP fez parte, durante 50 anos, em Portugal.

Aplausos do CH.

Só não culpa isso! Mas diz: controlo de preços, controlo de rendas — é isto que o PCP sabe fazer.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Paulo Raimundo, gostava de lhe perguntar — porque veio aqui falar de saúde, hoje —, se sabe qual foi o dia em que, em Portugal, passámos a ter mais de 1 milhão de portugueses sem médico de família; gostava de lhe perguntar se sabe qual foi o dia. E não, não estava o PSD a governar, nem a Iniciativa Liberal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem! Ainda bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... nem o CDS, nem o Chega.

Sabe quem estava a governar? Estava a governar o Partido Socialista com o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda,...

Aplausos do CH.

... quando o País ficou com 1 milhão de pessoas sem médico de família.

Quando é que o País atingiu o pico do número de pobres? Não, não estava o PSD a governar, não estava o Chega, nem a Iniciativa Liberal, nem o PS; estava o PS com o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda.

Quando é que o número de sem abrigo bateu o seu topo em Portugal? Não estava o PSD, nem o Chega, nem a Iniciativa Liberal, nem o CDS; estava o PCP a suportar o Governo.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Evidente!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, queria perguntar-lhe, Sr. Deputado Paulo Raimundo, se este debate não é uma crítica ao próprio PCP, para dizer,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... no fundo: nós pedimos desculpa e temos vergonha de ter estado a apoiar o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

E, finalmente, Sr. Deputado, estamos em concordância com uma coisa: Portugal tem salários baixos e pensões baixas, isso é verdade. Devíamos ter salários muito mais altos e pensões muito mais altas.

Mas gostava que me desse um, Sr. Deputado, um, um só — era dar-me um e eu calo-me para todo o sempre nesta Assembleia da República;...

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é bom! Não é bom!

Vozes da IL: — Diga um! Diga um!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... calo-me para todo o sempre! —, gostava que me nomeasse um país comunista em que os salários sejam altos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Diga-me um país comunista em que as pensões sejam altas! Um país...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado João Vale e Azevedo, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, como habitualmente, o PCP pretende resolver os graves problemas da habitação através do conflito: proibindo, obrigando e fugindo à concertação.

É evidente que há muita pressão do lado da procura de habitação, com várias origens, mas essa pressão só diminui com mais casas, incluindo mais casas públicas, mais parcerias público-privadas, mais setor privado, mais reabilitação e desbloqueando heranças indivisas. Para tudo isto são necessários licenciamentos mais simples e rápidos, mas também mais solo urbano disponível e edificável.

O PCP ignora tudo, exceto a habitação pública, que é importante, mas insuficiente. Não é preciso inventar nada. Fizemo-lo, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, garantindo habitação condigna para a classe média e a eliminação de barracas. Lembramo-nos, quem vivia no concelho de Lisboa, do Casal Ventoso, do bairro da Picheleira, do atual Estádio Universitário, que era um bairro de barracas, e do que era a Portela de Sacavém e inúmeros bairros nos concelhos de Oeiras, de Cascais e outros.

Este fenómeno está a ressurgir porque se atingiu um limite.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Os preços e as rendas não parecem conhecer limites. Não é especulação, é falta de construção. Não há casas, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

Restringir rendas ou pôr inquilinos contra proprietários destrói o mercado de arrendamento e, pelo caminho, destrói as nossas cidades. Já vimos o resultado dessa experiência no passado.

A situação é de emergência. Os mais jovens adiam a sua emancipação e a constituição de família. Muitos votam com os pés, emigrando e abandonando o sonho de serem felizes no seu País.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade. Muito bem!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Perante tudo isto, pergunto: de que evidência adicional o PCP necessita para desistir de tentar resolver os problemas da habitação sem casas?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado pelas questões que colocaram. Julgo que o Sr. Deputado Paulo Nuncio tem razão, nós enganámo-nos no tema do debate.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O tema devia ter sido outro: o País virtual que se discute aqui e a vida real lá fora, com as dificuldades das pessoas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Tem razão, Sr. Deputado, vergo-me à sua sugestão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era mais interessante!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — De facto, nós estamos aqui a discutir um país virtual e lá fora há o País da realidade dos números. É que o Sr. Deputado Paulo Nuncio falou em muitos números, mas não referiu nenhum daqueles que eu referi ali da tribuna.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Pensões, salários...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Podia ter referido os 3 milhões de trabalhadores — mais de metade, segundo os números que o Sr. Deputado identificou — que não chegam a levar 1000 € de salário líquido para casa.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Veja lá!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esta é que é a realidade.
Mas eu digo-lhe mais...

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga mais, já agora, sobre outra questão: falou dos números todos, mas esqueceu-se de referir aquele pequeno pormenor do aumento do custo dos alimentos em 27 %, com o que isto significa na vida daqueles que estão mais apertados, que são os que gastam mais com alimentação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a baixar a inflação!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Deputado Paulo Núncio falou em números — agradeço-lhe este confronto, que é mesmo assim que deve ser — e fez referência, tal como o Sr. Ministro, e bem, ao complemento solidário para idosos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pensões, salários...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que estamos perante uma medida — que foi justa, que valorizámos, na altura — aquém das necessidades e que abrange, no máximo, 200 000 reformados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os mais carenciados!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — São 200 000 beneficiários. Nós temos 1 milhão de pensionistas e reformados com menos de 590 € de reforma por mês — por mês!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não são carenciados?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Nenhum desses tem esse complemento. Nenhum desses tem direito, e devia ter, aos remédios de que precisa, aos medicamentos de que precisa, à borla, gratuitos. Esta é que é a realidade.

Srs. Deputados, nós podemos continuar aqui a insistir na propaganda, na vida, nos números... A vida real está difícil. A vida das pessoas está difícil e está apertada.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está melhor do que estava!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado André Ventura, eu registo a sua intervenção pela proximidade ao PSD e ao CDS. Fica o registo da aproximação que fez ao PSD e ao CDS, e, se me permite...

Protestos do CH.

Se me permite... Se me permite...

Continuação de protestos do CH.

Se me permite, não vale a pena andar por esse mundo fora à procura de países que aumentaram os salários.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não há!

Vozes do CH: — Diga um! Diga um!

O Sr. **Presidente:** — Peço para parar o tempo.

Pausa.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não vale a pena andar por esse mundo fora à procura de países onde se aumentaram os salários, porque Portugal é um exemplo desses.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A seguir ao 25 de Abril, teve um aumento brutal dos salários e das condições de vida das pessoas,...

Protestos de Deputados do CH e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

... nomeadamente com a fixação do salário mínimo nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma miséria!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isso que é preciso retomar, é esse caminho que é preciso retomar, e não o do aperto, o do aperto, o do aperto.

Sr. Deputado João Vale e Azevedo, para acabar, o PCP está atento a todas as questões e não ignora nenhuma na habitação, desde logo, o brutal encaixe dos lucros da banca, de 14 milhões de euros...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, acabou o seu tempo.

O Sr. Ministro tem cinco pedidos de esclarecimento. Responde em dois grupos, provavelmente, três no primeiro e dois no segundo. Está certo? Pode ser? Isto sem estar a entrar na área de competência do Governo.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, as estatísticas são recentes, são oficiais e são dramáticas: mais de 4,5 milhões de trabalhadores, isto é, quase 78 % do total, ganham menos de 1500 € por mês e mais de 3 milhões e 800 mil ganham menos de 1000 €.

Largas dezenas de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho entraram em caducidade, o que terá reduzido as possibilidades de uma revisão justa, para assegurar melhores salários e trabalho com direitos, contrariando os recuos que têm vindo a ser impostos. A pergunta é óbvia, Sr. Ministro: o que é que o Governo está a fazer para garantir a revitalização justa da negociação coletiva e o combate à precariedade e aos baixos salários?

O Governo fala muito em políticas ativas de emprego, mas, na verdade, o que está a fazer é a procurar integrar jovens em empresas ao abrigo dos chamados «estágios profissionais», que mais não são, muitas vezes, do que instrumentos de financiamento artificial das empresas, lançando os jovens num ciclo interminável de precariedade. Sr. Ministro, o que é que este Governo vai fazer para recuar nesta estratégia?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.^{as} e Sr. Secretários de Estado, Sr. Ministro, há uns dias, o Sr. Primeiro-Ministro, nesta Casa, falava de ataques estranhos contra o seu Governo. A atitude do Sr. Ministro tem sido, no mínimo, confrontacional com a RTP (Rádio Televisão de Portugal).

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Foi o Sr. Ministro que deixou subentendido que poderia haver uma partidarização dos trabalhadores da RTP. Foi o Sr. Ministro que criticou a eleição do Presidente do Conselho Geral Independente da RTP, de forma muito veemente. Foi também o seu Governo que quis acabar com a publicidade na RTP, retirando 7 milhões de euros que são essenciais para o funcionamento desta estação, proposta esta que, felizmente, foi bloqueada nesta Casa.

E estamos agora perante um novo capítulo nesta história, em que, supostamente, fontes próximas do Primeiro-Ministro terão dito que há um ataque concertado e uma atitude hostil por parte da RTP em relação ao Governo.

Ora, isto levanta-nos muitas questões, desde logo, se estas declarações existiram ou não e quem é que foram, supostamente, estas fontes próximas, ou não.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Isso pergunto eu!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sendo fontes próximas do Primeiro-Ministro, e sendo o Sr. Ministro o responsável pela pasta da comunicação social, podemos pensar que o Sr. Ministro saberá, se existiram estas declarações, quem as fez.

Mas, Sr. Ministro, deixe-me dar-lhe uma notícia: é que a investigação e o escrutínio são parte essencial do trabalho jornalístico. A investigação e o escrutínio são e têm de ser parte essencial do trabalho da RTP.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E da SIC também! Está lá o Rui Tavares!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, a minha pergunta é muito simples e muito direta: concorda o Sr. Ministro com estas supostas declarações de que há uma atitude hostil por parte da Rádio Televisão de Portugal em relação ao seu Governo?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na promoção do Livre!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E, se não concorda, acha, como nós achamos, no Livre, que a RTP e os seus jornalistas têm e vão continuar a ter um papel essencial no escrutínio de nós, aqui, no Parlamento,...

Protestos do CH.

... e também, sim, escrutínio dos seus ministros e do Sr. Primeiro-Ministro, para garantirem uma democracia mais sólida, mais estável e mais resistente perante os abusos autoritários?

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devia ser *pro bono*!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, cumprimento-o, a si e ao Governo.

Aproveito esta questão que foi colocada para lhe perguntar se o Primeiro-Ministro vai responder às nossas questões ou não, porque são questões que ficaram por responder e a que é importante que se responda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pergunto também que medidas vai tomar o Governo em relação ao Sr. Ministro da Coesão, que, hoje sabemos, coordenou precisamente esta lei com participações imobiliárias e, mais do que isso, teve ajustes com o seu próprio sócio. Eu acho que é tempo de dizer ao Sr. Ministro da Coesão que está na hora de sair.

Mas eu não queria perder esta questão do Livre, por achar alguma contundência na pergunta. De facto, tem razão, Sr. Deputado. Eu não sei se o Primeiro-Ministro disse ou não que a RTP estava numa onda contra ele, mas a RTP, como jornalismo público, paga pelos impostos dos portugueses, tem de ser mesmo jornalismo público.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não pode ser para andar a levantar o Livre, o PCP e o Bloco de Esquerda. Não pode ser! Não pode ser!

Aplausos do CH.

Sim, tem de haver escrutínio a todos. A todos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A começar por vocês!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A começar pela extrema-esquerda, que anda a fugir a esse escrutínio há não sei quantos anos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A começar pelos painéis de comentadores, onde é tudo ex-Bloco, ex-PCP ou ex-Livre. A começar por isso. A começar por isso.

Aplausos do CH.

Portanto, Sr. Deputado, quando o Livre tiver a coragem de trazer a questão da RTP aqui, ao Parlamento, para a escrutinar, cá estaremos para ela, sem nenhum receio.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Finalmente, Sr. Ministro, eu gostava de lhe perguntar sobre a saúde e sobre os centros temporários para imigrantes. Soubemos hoje que vamos ter um corte — e eu peço atenção para isto — no financiamento do alojamento para polícias, e 60 vão deixar de existir, para financiar centros temporários para imigrantes. Eu acho que estamos a perder a cabeça de vez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, nós vamos cortar nos polícias, no alojamento de quem já vive terrivelmente, para estar a construir mais centros de acolhimento de imigrantes?

Quer dizer, se querem receber quem não deve vir, já é um problema vosso, mas não vão é cortar nos polícias e nas forças de segurança para estar a pagar a imigrantes!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é que me parece ser completamente descabido. Portanto, eu gostava que nos dissesse se esta notícia é verdadeira ou não é verdadeira.

Finalmente, Sr. Ministro, sobre a saúde, nós temos tido um verdadeiro caos em vários hospitais do País. Era ir este fim de semana a um hospital em particular, neste caso, o hospital de Faro, e ver camas espalhadas pelos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.
Sr. Ministro, tem 3 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço todas as questões.

Sr. Deputado Alfredo Maia, junto-me à sua intervenção no que diz respeito ao desapontamento, e até quase alguma revolta, com os baixos salários que ainda temos no nosso País. Isso parece-me evidente. Nós sentimos isso em todas as classes sociais, particularmente na faixa etária mais jovem, e isso está a trazer uma consequência muito nefasta para o nosso País.

Mas, em nome da justiça, vale a pena dizer que, com este Governo, finalmente, depois de oito anos em que a esquerda governou e em que houve uma deterioração evidente dos salários no nosso País, a página virou.

De facto, a tendência agora é outra. Nós estamos, manifestamente, a conseguir aumentar salários, e estamos a fazê-lo com a valorização no salário mínimo nacional, mas não só, também no salário médio, onde já tivemos um crescimento bastante significativo, longe daquilo que pretendemos, naturalmente, e longe daquilo que será justo do ponto de vista social, mas estamos no bom caminho finalmente.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não estamos, não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E, respondendo à sua questão, isso deve-se muito a um acordo tripartido que conseguimos com os diferentes parceiros sociais e à dinâmica económica que estamos a incentivar. É por isso que o emprego está a bater recordes, que o desemprego está estabilizado, felizmente. É por isso que as pensões também estão a crescer, é por isso que a pobreza está a ser combatida e é por isso que estamos a começar, ao fim de apenas 10 meses, a mostrar resultados.

No que diz respeito aos estágios profissionais, nós estamos a monitorizar, a acompanhar e a rever a realidade, e estamos principalmente a monitorizar e a avaliar permanentemente aquilo que é a empregabilidade desses mesmos estágios, para podermos corrigir algo que consideremos que não esteja a ir no melhor sentido.

Sr. Deputado Jorge Pinto, não me parece particularmente feliz, num debate em que falamos da degradação de serviços públicos, trazer a RTP, porque, para nós, a RTP tem de ser valorizada.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Para nós também!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Isso é muito importante que fique claro. Este Governo, ao contrário de todos os outros para trás, nos últimos anos, designadamente nos últimos oito anos, está a dar uma relevância, uma importância, à RTP como, de facto, não há memória no passado recente. Nós queremos fortalecer o serviço público de média. Isso é claro para nós, e temos tomado muitas medidas e iniciativas nesse sentido.

Para nós, a liberdade editorial é absolutamente sagrada. Isso não está em causa. E não são fontes anónimas...

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. Deputado diga lá se conhece mais alguma coisa. Isso não saiu do Governo. O Governo não tem, de facto, qualquer intenção de beliscar isso, agora, somos e seremos exigentes no que diz respeito à gestão, porque é dinheiro público que está em causa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — São 200 milhões de euros dos portugueses que estão em causa.

Sr. Deputado André Ventura, naturalmente, o Primeiro-Ministro vai responder. Mas permita-me que lhe diga o seguinte: depois de 4 horas de debate da moção de censura, que manifestamente não correu bem ao Chega,...

Risos do CH.

... perdoe-me que não retomemos esse debate, que já vem um bocadinho fora de tempo.

Quanto aos centros de acolhimento de imigrantes, a nossa política de imigração é muito clara, é de humanidade para com aqueles que procuram o nosso País.

Protestos do CH.

Mas isso nunca pode significar uma contraposição à valorização do trabalho, nomeadamente dos nossos polícias. Portanto, claramente, essa alternativa não está em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas é verdade ou não?!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, deixe-me ajudá-lo no seu exercício inicial, referindo as questões em que o Governo tem falhado nos serviços públicos em Portugal, porque o Sr. Ministro não foi exaustivo e há várias perguntas a fazer.

Sr. Ministro, e as urgências fechadas por todo o País, as urgências pediátricas, as urgências obstétricas, as cidades e regiões sem urgência aberta? Sr. Ministro, e 1 milhão e 600 mil pessoas neste País sem médico de família? Sr. Ministro, e o caos no Hospital Amadora-Sintra? Sr. Ministro, e os serviços de emergência médica completamente bloqueados? Sr. Ministro, e os quase 231 milhões de euros para prestadores de serviços, só em 2024? Sr. Ministro, e a entrega das USF (unidades de saúde familiar) à gestão privada? Sr. Ministro, e urgências sem profissionais, enquanto inventam os CAC (centros de atendimento clínico) para fazer render mais ao privado e ao setor social?

Sr. Ministro, e a partidarização dos conselhos de administração? Só com este Governo, foram demitidos 13 conselhos de administração. Repito, foram 13 — nove demitidos em 2024 e já são quatro em 2025.

Sr. Ministro, não lhe pergunto se é de esquerda porque, como sabemos, para fazer parte de um conselho de administração hospitalar neste País, não é preciso ter competência clínica ou de gestão hospitalar, só é preciso mesmo ter o cartão do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Portanto, Sr. Ministro, como é que responde a estas que são as verdadeiras perguntas do falhanço do Governo do PSD? E quando é que o Sr. Ministro vai admitir que, mais do que um plano de emergência, o que o SNS precisa mesmo é de um plano para o livrar das mãos do PSD e do CDS?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro, o Sr. Deputado Paulo Raimundo trouxe uma preocupação que é legítima e que tem que ver com o rendimento dos portugueses, nomeadamente com o rendimento dos pensionistas e daqueles que são mais pobres.

Mas também é verdade — como ainda há pouco o Sr. Ministro referia — que tem existido uma preocupação muito grande da parte deste Governo para resolver essa questão. Fê-lo com o aumento das pensões, com o aumento do salário mínimo, com o aumento na função pública, com o aumento do complemento solidário para idosos, com a isenção nos medicamentos. Enfim, são múltiplas as medidas que o Governo já tomou.

Portanto, mais do que usar palavras, o Governo está a agir. E essa é uma resposta da AD (Aliança Democrática) que vem em linha com o que prometemos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, a pergunta que gostava de fazer ao Sr. Ministro é se é intenção do Governo continuar a apostar na valorização dos salários e das pensões e a dar resposta às dificuldades que os portugueses estão a atravessar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marisa Matias, tenho a tentação de lhe responder com uma pergunta, e a pergunta que me ocorre é se, no início da governação do atual Executivo, a Sr.^a Deputada estava satisfeita com o estado da saúde.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não estava.

É que isso me parece importante porque, para todos sermos honestos e sinceros, é evidente que o Serviço Nacional de Saúde e o sistema de saúde em geral continuam a ter debilidades, com certeza. Não responde a tudo aquilo que desejávamos. É óbvio que não.

Mas quando avaliamos a atuação de um Governo, devemos perceber que há um ponto de partida. E o ponto de partida que este Governo encontrou foi um ponto de partida muito difícil, repito, muito difícil.

Protestos da Deputada do BE Marisa Matias.

Tenho tentado evitar, ao longo de todo este debate — esta é a primeira vez que o estou a fazer, mas, pronto, sou quase obrigado a fazê-lo —, olhar para o passado.

Ao contrário do Governo anterior, que passou oito anos a desculpabilizar-se com uma troica que o próprio Partido Socialista chamou, este Governo, que está em funções apenas há 10 meses, evita responsabilizar quem veio antes de si.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está bem, está!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Contudo, perante uma intervenção de alguém que, designadamente, foi cúmplice da governação anterior, temos de recordar qual foi o ponto de partida.

Em todos os exemplos que aqui deu, Sr.^a Deputada, os indicadores melhoraram de há 10 meses esta parte. Olhe, por exemplo, em relação aos médicos de família, reduzimos em 5,22 % o número de portugueses sem médico de família.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E as urgências abertas?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Reduzimos os tempos de espera na urgência. Aumentámos o número de profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Ao contrário do que foi dito, não vamos fechar serviços e vamos criar uma urgência metropolitana aqui em Lisboa.

Protestos da Deputada do BE Marisa Matias.

Portanto, estamos a enfrentar os problemas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Há uma diferença entre aqueles que fazem o diagnóstico e se focam nos problemas e aqueles que estão focados nas soluções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Este Governo está, de facto, a encontrar soluções para os problemas.

Protestos do BE.

Ainda não os resolveu todos — é verdade —, mas estamos francamente empenhados em não divergirmos da nossa motivação.

Evidentemente, há um ponto de divergência que é: a Sr.^a Deputada Marisa Matias e a esquerda em geral, no nosso País, focam-se muito na matéria ideológica. E se estivermos a melhorar o SNS, designadamente, com o recurso à gestão privada e com o recurso ao setor social, por exemplo, os Srs. Deputados são contra, por muito que isso seja melhor para a vida das pessoas.

Protestos do BE e da Deputada do PS Susana Correia.

Ora, aí há, de facto, uma divergência entre nós. Não há volta a dar.

Nós estamos absolutamente focados no bem-estar das portuguesas e dos portugueses, e a maneira mais eficiente de lá chegar será aquela que escolhermos para atingirmos este objetivo, ao contrário, se calhar, de outros que estão agarrados a dogmas que, para nós, não fazem qualquer sentido.

Protestos do BE e contraprotestos de Deputados da IL.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, sim, evidentemente, o Governo está empenhado, está convicto do que está a fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do BE Marisa Matias.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Temos um plano — designadamente a nível da valorização salarial, mas não só — para a melhoria de vida dos portugueses em geral e vamos continuar com o mesmo empenho e com a mesma convicção que temos tido.

O acordo tripartido que concretizámos do ponto de vista do diálogo social e da paz social, que foram almejados, é manifestamente uma ferramenta muitíssimo importante para continuarmos a servir os portugueses como temos feito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Está assim terminada a primeira parte deste ponto de abertura do debate, com os respetivos pedidos de esclarecimento e respostas.

Antes de prosseguirmos, e de dar a palavra para a primeira intervenção de grupos parlamentares, dou nota à Câmara de que estão a assistir aos nossos trabalhos nas galerias: um grupo de 47 alunos e professores do Colégio de Nossa Senhora da Graça, de Vila Nova de Milfontes; um grupo de 34 alunos e professores da Escola EB 2,3 de Paço de Sousa, de Penafiel; um grupo de 28 alunos e professores da Escola Secundária D. Pedro V, de Lisboa; um grupo de 60 alunos e professores do Núcleo de Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; um grupo de 50 cidadãos da União das Freguesias do Vade, Vila Verde; e um grupo de 12 alunos e professores do St. Peter's International School, de Palmela.

Aplausos gerais.

Posto isto, vamos dar início à fase do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh pá! Ninguém merece!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Olha que vocês têm uma moral para falar!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há coisas que nunca mudam. Pela enésima vez, o PCP propõe discutir o desastre social causado, e cito, «pela política de direita».

Para o PCP, o que está mal no País é responsabilidade da política de direita, incluindo as políticas de esquerda, conduzidas por partidos de esquerda, como o Partido Socialista, com quem, aliás, já se coligou.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

É um refrão antigo, é o cajado político do PCP. Tudo o que é mau é de direita, incluindo o que não é de direita.

Para combater estas políticas de direita, o PCP faz-se valer da sua fé numa religião: o marxismo-leninismo.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Tudo o resto é fascismo ou então é *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, livro que pode ser comprado nas Edições Avante! por 7,20 €. É um pequeno preço a pagar pela vanguarda do progresso saída diretamente de 1920!

A realidade muda, os problemas mudam, os tempos mudam, tudo muda, exceto duas coisas: o PCP e as soluções do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vá lá falar com as pessoas, para ver!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para o PCP, há um Abril por cumprir.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tivemos a nossa Revolução de Fevereiro no 25 de Abril, mas o PCP nunca perdoou não termos avançado para a Revolução de Outubro.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Deputado leu o livro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois não tivemos a Revolução de Outubro porque em novembro eclodiu a alvorada da democracia!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Srs. Deputados do PCP, esse vosso desejo esbarrou na bravura de Ramalho Eanes, na política de Mário Soares, no corpo de Jaime Neves, mas sobretudo na coragem de um povo que jamais aceitaria ser um satélite de Moscovo.

Vozes da IL: — Muito bem!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Por falar em Moscovo, o PCP, o mesmo partido que disse que não haveria invasão da Ucrânia e que a haver seria por vontade dos Estados Unidos, ajoelha-se agora perante Putin, já com os joelhos doridos de décadas de submissão a Lenine e a Estaline.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E o Elon Musk?...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Eu percebo o seu desconforto!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois, Srs. Deputados do PCP, é caso para dizer: ontem, hoje e sempre, tal como em Portugal, a Ucrânia é e será do seu povo, não é nem será de Moscovo!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, as políticas não devem ser avaliadas pelas suas intenções, mas, sim, pelos seus resultados.

Poderíamos aqui elencar vários países como exemplos do comunismo aplicado e falhado: a fome do Holodomor, na Ucrânia; a Grande Fome de Mao; a chacina do Khmer Rouge, no Camboja; a monarquia comunista da Coreia do Norte; ou a grande Revolução Bolivariana, na Venezuela.

Centenas de milhões iguais na pobreza e outras dezenas de milhões 2 m abaixo da terra a servir de lição dura e inequívoca de que o comunismo é um logro intelectual, um desastre económico, uma catástrofe social e, sobretudo, uma página negra e sangrenta na história da humanidade.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm de assumir, de uma vez por todas!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas seria demasiado fácil.

O contraponto ao desastre económico e social do comunismo faz-se com o sucesso das economias livres e abertas, das democracias liberais e capitalistas.

Srs. Deputados, todos nós nascemos despidos, despojados de bens materiais. Se temos uma manta que nos envolve e um teto que nos protege é porque os nossos antepassados trabalharam, pouparam, acumularam, investiram, produziram e, finalmente, consumiram.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Os nossos também trabalharam!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um círculo virtuoso que o capitalismo catalisa como nenhum outro sistema económico conhecido pelo homem.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O mesmo capitalismo, que haveria de implodir por via da sua própria natureza, segundo o «Evangelho de São Marx», continua a tirar milhares de milhões da pobreza.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Aonde?!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Srs. Deputados do PCP, enterrem o *Das Kapital* e aceitem a realidade. Nunca houve tão poucos pobres como hoje e menos haverá amanhã. Isso é um resultado do capitalismo e não de burocratas, planificadores de economia, que se acham omniscientes para se substituírem à decisão descentralizada de milhares de milhões de indivíduos, às suas vontades e aos seus anseios, aos seus sonhos e desejos.

Com todos os seus defeitos, o capitalismo transforma luxos em necessidades. Já o socialismo transforma necessidades em luxos. Enquanto o capitalismo multiplica escolhas, o socialismo reduz opções em nome de uma suposta igualdade.

Os Srs. Deputados perguntam: «E agora?» Agora é hora de escolhermos o caminho da liberdade, de arrermos de vez o socialismo, nas suas várias vertentes, e finalmente percebermos que o caminho para a prosperidade, para melhores salários, para melhores pensões, para menos pobres ou desempregados, desvalidos ou marginalizados passa por abraçar a liberdade económica, que é como quem diz confiar nas pessoas, abraçar a inovação e a responsabilidade individual, com um Estado que proteja os mais vulneráveis, sem asfixiar a iniciativa privada e o mérito.

Só assim se cumprirá Portugal e só assim se cumprirão os verdadeiros valores de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Na China é que há muitos pobres...!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É capitalista!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, que dispõe de 16 minutos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a e Sr. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por cumprimentar o Partido Comunista Português pelo agendamento deste debate e queria, primeiramente, apontar algo que tem ficado cada vez mais claro aos olhos das portuguesas e dos portugueses.

Nós, em Portugal, não dispomos de um Governo que esteja em plenitude de funções para fazer face aos desafios do presente e do futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — E assim é por várias razões: porque os membros do Governo, secretários de Estado e ministros, escondem-se sempre que há uma dificuldade, sempre que há uma notícia menos positiva; e porque, ainda mais recentemente, o próprio Primeiro-Ministro tem adotado a postura de se resguardar ao máximo, não respondendo a jornalistas, não respondendo a praticamente ninguém sobre matérias de grande gravidade que têm atingido este Governo e esta governação.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — E isto é verdade, não pelo recente ciclo de casos e casinhos, ou de casas e de casinhos. Isto é verdade, desde o início da governação, porque o PSD e o CDS não estavam preparados para governar o nosso País. Na verdade, é preciso também dizer que não estavam preparados para enfrentar circunstâncias como aquela que, hoje, fazem parte da nossa realidade, mas que integram também a realidade europeia e a realidade global.

Vivemos um momento de incertezas. A economia portuguesa, no ano de 2024, teve um desempenho superior a muitas outras, fruto de um caminho que foi trilhado pelas portuguesas e pelos portugueses, pelos nossos empresários e, também, pelas políticas públicas do Partido Socialista, que produziram bons resultados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Foi fácil a este Governo, nos primeiros meses, fazer a distribuição dos recursos financeiros da produção de riqueza das nossas trabalhadoras e trabalhadores e dos nossos empresários, mas quando toca a fazer reformas, quando toca a olhar para sinais de incerteza como o aumento do desemprego, como a crise da indústria automóvel, como a necessidade de reafirmarmos uma autonomia estratégica europeia plena, na União Europeia, este Governo não tem nada a dizer aos portugueses e não faz nada em prol do nosso País.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o País precisava, claramente, de um Governo diferente, de um Governo que não se sentisse ele próprio oprimido, de um Governo que não se sentisse oprimido por não poder privatizar a Segurança Social,...

Vozes do PSD: — Eh!...

O Sr. **João Torres** (PS): — ... como aliás, na prática, assumiu, não há muitas semanas. É um Governo que, na prática, quer privatizar o Serviço Nacional de Saúde,...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... e tudo está a fazer e fará para isso, embora sinta que ainda não tem o campo absolutamente aberto para o fazer.

O que nós precisávamos também, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, era de um Governo que olhasse para aquilo que acontece à volta da bolha política e mediática, que olhasse para a revolução

industrial que estamos hoje a viver — uma revolução industrial que acelera o ciclo de mudança, como nunca aconteceu na história da humanidade — e fosse capaz de se preparar para uma estratégia económica de especialização na atribuição dos recursos financeiros públicos, coisa que este Governo não é capaz de fazer.

Por muito que desvalorizem o discurso do Partido Socialista sobre economia, aquilo que quero hoje deixar claro é o seguinte: nós precisamos de uma estratégia económica diferente,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E que não sabe qual é!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... para proporcionarmos melhores salários aos nossos trabalhadores e, também, para garantirmos que o Estado social e os serviços públicos funcionem melhor,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Oito anos!...

O Sr. **João Torres** (PS): — ... porque eles são, em democracia — e ao contrário do que aqui afirmou a Iniciativa Liberal —, o grande garante e a grande oportunidade de mobilidade social e de qualidade de vida para todos os cidadãos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não disse nada!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento da parte do Sr. Deputado Marcus Santos, do Chega, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Deputados. Sr. Deputado João Torres, aproveitando como exemplo a recente viagem do nosso Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, ao Brasil, podemos facilmente afirmar que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata são idênticos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — ... ou seja, duas faces da mesma moeda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — A maneira como o nosso Primeiro-Ministro andou aos beijos e aos abraços com Lula da Silva, um ditador que tem maltratado e subjugado o povo, fez-nos lembrar o antigo Primeiro-Ministro António Costa, que também gostava de demonstrar em público o carinho que nutria pelo seu bandido de estimação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que é isto?!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Por isso, sinceramente, não entendo o porquê de o Partido Socialista andar-se a queixar-se. Afinal, são iguais!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas o que é isto?!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — A herança da governação socialista está à vista. O País está cada dia pior: falta saúde, falta educação, falta segurança e, o pior, faltam vergonha e sentido de Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Neste Governo da AD, voltamos a ver as velhas práticas: nomeações a torto e a direito, imobiliárias, negócios e favorecimentos com amigos e um verdadeiro *tutti frutti*.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Agora, até há o caso de pedofilia, ou pornografia infantil, no CDS — quem imaginaria?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em que partido?! E vocês?

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Portanto, face ao exposto, faço a minha pergunta: o que o Partido Socialista faria de diferente, ou melhor, se estivesse a governar o País nesse momento? Isto, considerando que estiveram a governar o País durante oito anos, ora ao lado do PCP e do Bloco de Esquerda, na vergonhosa geringonça, ora na desastrosa maioria absoluta, em que todos sabemos o que aconteceu.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Claro que as palavras vinculam cada um dos Srs. Deputados oradores, e não representam, como é óbvio, o sentir da Assembleia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Presidente**: — É o sentir do Sr. Deputado, nas imputações que, inclusivamente, faz em relação a pessoas, a entidades ou a países.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Responsabilizam só o Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Torres tem a palavra para responder, faça favor.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, eu responderia de forma bastante célere ao Sr. Deputado, agradecendo a sua questão. Em primeiro lugar, o Sr. Deputado e a sua bancada sabem tão bem quanto eu e a bancada do Partido Socialista que tanto o PS não é igual ao PSD — longe disso! — como também, já agora permita-me, o Presidente Lula da Silva, do Brasil, não é o ex-Presidente Bolsonaro.

Aplausos do PS.

E sabemos uma outra coisa muito importante, Sr. Deputado: o Partido Social Democrata é mesmo o único partido que se chama «Social Democrata», em todo o mundo, que faz parte da família europeia do Partido Popular Europeu.

O Partido Socialista é a casa dos socialistas, dos verdadeiros sociais-democratas e dos trabalhistas, e o Partido Social Democrata é, em Portugal, o partido do conservadorismo e o partido que integra a família europeia do Partido Popular Europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos e 45 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como tive oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Paulo Raimundo — e lamento que não esteja presente, que tenha abandonado o debate —,...

Protestos do PCP e do BE.

... o PCP enganou-se claramente no tema.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O tema deste debate não deveria ser a degradação social, a degradação da situação social do País, mas, antes, a melhoria da situação social do País em resultado das políticas deste Governo.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Parece que a esquerda, Srs. Deputados, já se esqueceu do estado de instabilidade social em que deixou o País, há menos de um ano.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qual esquerda?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas eu lembro-me bem! Há menos de um ano, víamos protestos ruidosos dos agricultores, dos professores, dos oficiais de justiça, das forças de segurança... Até os militares ameaçavam sair à rua para protestar contra as políticas dos Governos socialistas.

Por isso, como referi, este Governo muito tem feito no sentido de reparar e corrigir os erros que foram adotados pelos Governos do Partido Socialista nos últimos oito anos, melhorando dessa forma a situação social do País. E, embora este Governo ainda não tenha completado um ano, há muitas medidas e muitas políticas que já foram aprovadas, que já foram concretizadas e que já estão a dar resultados em termos de melhoria da situação social do País.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O mundo cor-de-rosa do CDS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Governo reduziu impostos, principalmente para as famílias, para os jovens e para as empresas.

O Governo apostou na inovação e no investimento das empresas, tão importante para o futuro do País.

O Governo chegou a acordo com os parceiros sociais, para reforçar os salários médios e para reforçar a competitividade do País.

O Governo chegou a acordo com um conjunto alargado de classes profissionais que foram, e repito, olímpicamente ignoradas pelo Partido Socialista durante oito anos, e, já agora, também pelo Partido Comunista, no tempo da geringonça.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É uma piada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas é importante também referir o seguinte, Srs. Deputados: o PCP e a extrema-esquerda votam sistematicamente contra as políticas apresentadas por este Governo, e, por isso, as melhorias na situação social do País...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Quais?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... não se devem à extrema-esquerda, ao PCP e à esquerda no seu todo, mas devem-se, exclusivamente, às políticas adotadas por este Governo.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Hoje estamos melhor em termos sociais por causa das políticas que este Governo tem adotado.

Aliás, Sr. Deputado Paulo Raimundo, a propósito da sua resposta de há pouco, deixe-me dizer-lhe o seguinte: acho absolutamente extraordinário que o PCP venha tentar dar lições de paz social, porque há ainda muitos portugueses que se lembram do estado caótico e da instabilidade social que o País viveu no tempo do Gonçalvismo,...

Vozes do PCP e do BE: — Eh!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e no tempo do Verão Quente de 1975, Sr. Deputado, na altura em que o Partido Comunista Português estava no poder.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E em 1143, a instabilidade que se vivia?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas, sabe, felizmente tivemos o 25 de Novembro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E em 1820, com a Revolução Liberal?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Felizmente, depois do 25 de Novembro, a liberdade e a democracia triunfaram definitivamente em Portugal,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Com a própria República!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e o Partido Comunista e a extrema-esquerda foram os grandes derrotados do 25 de Novembro. E ainda bem que assim aconteceu, Sr. Deputado.

Protestos do PCP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a Revolução Liberal?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — As políticas deste Governo são exatamente a prova do que nós dizemos há muito tempo: menos impostos, mais crescimento económico, mais políticas de inclusão social, mais reforço do Estado social.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a Vilafrancada?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Se não for assim, já sabemos o que acontece: «O socialismo acaba sempre quando acaba o dinheiro dos outros», como dizia Margaret Thatcher.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Essa é a diferença, bem visto!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Membros do Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados: O resumo deste debate, daquilo que o PCP aqui nos traz, de alguma forma, poderia personificar-se no revisionismo histórico das palavras do Sr. Deputado Paulo Núncio,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É contra o 25 de Novembro?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que, de facto, só demonstram um recuo nas políticas do Governo, neste caso sustentado pela coligação da AD.

De facto, este debate mais valia resumir-se a isso mesmo. Depois de uma campanha que prometia mudar Portugal, que garantia que as ânsias dos portugueses e das portuguesas iam ser finalmente atendidas, a verdade é que os resultados não têm sido mais do que propagandistas e, no entanto, sobretudo desapontantes, porque: agora é que iam resolver os problemas do SNS, mas continuamos a ter grávidas a dar à luz em rotundas; agora é que iam resolver os problemas da habitação, mas é cada vez mais difícil comprar casa, e aquilo que foi o grande pacote de alteração, a lei dos solos, é uma lei profundamente contaminada; agora é que iam também deixar de haver casos e casinhos no Governo, mas o que continuamos a ver são ministros e secretários de Estado que, de alguma forma, vêm aprovar legislação em benefício próprio.

Enquanto há gritos de «agora é que é», não nos podemos esquecer do que esmorece entre polémicas e ficamos desapontados com a realidade que os portugueses e as portuguesas enfrentam, porque continuamos a ter um Governo incapaz de resolver os problemas das pessoas. Aliás, quase um ano depois das eleições legislativas de 2024, o Governo deixou o País ao abandono em várias áreas.

A proteção animal foi deixada ao abandono. Continuamos a ter apoios na gaveta e o que vimos foi, mais uma vez, darem as mãos aos lóbis da pecuária — recentemente, com o agendamento do PSD —, para deixarem de ter proteção animal com os sistemas de videovigilância. Também no caso concreto da tauromaquia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Inês, outra vez?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mais uma vez, dão a mão à tauromaquia em vez de darem a mão às associações de proteção animal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Assim o PAN desaparece!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Os direitos das mulheres foram deixados também ao abandono. Em 2024, existiram mais de 30 000 queixas de violência doméstica, com 22 vítimas mortais, das quais 19 mulheres, e com a morte de pelo menos cinco mulheres desde o início deste ano, e, no entanto, nada vimos de medidas concretas além da mais costumeira propaganda.

Também o combate às alterações climáticas...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... e a proteção da natureza continuam deixados ao abandono. Senão, veja-se: a lei dos solos, já aqui mencionada e também bastante polémica nos outros dias, nada nos traz para garantir uma melhor preservação dos ecossistemas, mas também dos terrenos agrícolas, nem uma compaginação da preservação dos espaços verdes na cidade. Muito pelo contrário, vai-se «betonizar» e as gerações futuras ganham uma fatura cada vez mais pesada, Sr.^{as} e Srs. Deputados, naquela que tem sido uma política em contraciclo com um dos maiores desafios do nosso tempo.

Sabemos que o Governo mudou, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mas a vida dos portugueses e das portuguesas não ficou melhor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o PAN aprovava os Orçamentos do PS!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — O PAN, como um partido do centro progressista, não se revê naquilo que possa ser o espartilho ideológico da dicotomia esquerda-direita,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprovou os Orçamentos do PS, e agora está com esta conversa?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e uma coisa é certa: quando olhamos para as causas, para as medidas e para as políticas que poderiam fazer a diferença na vida das pessoas, estamos claramente perante mais do mesmo. A falta de rasgo e de compromisso do Governo para dar estas respostas só se traduz em mais dificuldade no dia-a-dia.

Por isso mesmo, nós não conseguimos acompanhar aquilo que tem sido a política de propaganda, que efetivamente não se traduz numa melhoria nem, acima de tudo, numa resposta aos desafios do nosso tempo, desafios como o combate à crise climática e a empatia para com pessoas e animais, que, claramente, ficou de...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 5 minutos e 26 segundos para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Não respondeu a nenhuma das questões que lhe coloquei.

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — O Sr. Ministro trouxe indicadores, mas os indicadores que trouxe — os poucos que trouxe, que melhoraram — não responderam em nada à questão que coloquei, como lhe disse. Mal seria que tivesse piorado tudo!

Do que lhe falei, Sr. Ministro, foi de urgências, das urgências encerradas neste País. Falei-lhe das urgências obstétricas, das urgências pediátricas, das cidades e das regiões que ficaram sem este tipo de serviço, e o Sr. Ministro, nem uma palavra!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Nem uma palavra sequer, por exemplo, para os pais e mães das crianças de Viseu que tiveram de percorrer 80 km para levar os seus filhos à urgência de Coimbra — nem uma palavra!

E não era por falta de conhecimento que acontecia, Sr. Ministro, porque a Sr.^a Ministra teve conhecimento das dificuldades, recebeu os relatórios e as cartas, e preferiu ignorar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — E não só ignorar como atirar as culpas para o conselho de administração, que não teve muitos mais dias para exercer as suas funções.

Falei-lhe dos utentes sem médico de família, e o Sr. Ministro sabe perfeitamente que é um dos indicadores que piorou.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Piorou, piorou!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — E não foi apenas porque o Governo não soubesse — sabe! —, mas sim porque o Governo quis que assim fosse. No plano de emergência, o Governo inscreveu 130 000 utentes para serem eliminados do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Além disso, na atualização dos dados do cartão de cidadão, deixou que vários idosos do País ficassem de fora dos registos dos centros de saúde; e, apesar de antes estar em desacordo, ainda acompanhou a medida que veio do Partido Socialista e manteve os emigrantes portugueses de fora do Serviço Nacional de Saúde e dos cuidados médicos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — E, agora, prepara-se ainda para retirar aos imigrantes que aqui vivem e trabalham o acesso aos cuidados de saúde.

Não é que o Sr. Ministro ou o Governo não soubessem —sabiam! —, mas não quiseram responder, e agravaram.

Sr. Ministro, eu também lhe falei do falhanço dos serviços de urgência, dos serviços de emergência e do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica). E o Sr. Ministro sabe, como nós sabemos, que foi tornado público que a Sr.^a Ministra e a Sr.^a Secretária de Estado tiveram acesso ao relatório em que se falava do tempo de trabalho no SNS e, em particular, do trabalho no INEM, das horas extraordinárias, dos números alarmantes, das 428 horas extras por cada trabalhador,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... e que os senhores ainda queriam que fizessem mais.

Sabiam do relatório e nada quiseram fazer. Preferiram ignorar e atirar a responsabilidade para a greve.

Foram estas perguntas — e muitas mais que poderia continuar a repetir — que lhe fizemos, Sr. Ministro, e é sobre estas que queremos respostas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista nenhum pedido de esclarecimento à Sr.^a Deputada.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Maia, queria dar a conhecer à Câmara que, no âmbito do Dia dos Municípios na Assembleia da República, temos hoje presente, nas galerias, uma delegação de Ponte de Lima constituída por vários autarcas e representantes de instituições sociais, culturais e empresariais do concelho.

Aplausos gerais.

Aproveito para avisar que no final dos nossos trabalhos será inaugurada uma exposição, e também teremos uma experiência gastronómica no Salão Nobre.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, para uma intervenção, dispondo de 11 minutos e 17 segundos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Falemos, pois, do País real que a direita não vê. A política deste Governo contribui para perpetuar e aprofundar o modelo de baixos salários, de precariedade...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas se eu não ouço, os Srs. Deputados também não ouvem, com certeza.

Pausa.

Muito obrigado, Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A política deste Governo contribui para perpetuar e aprofundar o modelo de baixos salários, de precariedade e de trabalho barato e intenso que atinge os trabalhadores e a população com uma escalada contínua no custo de vida e uma vida de privações.

O Governo gaba-se de estar a fazer muito em pouco tempo. Está a fazer, sim, mas é para o patronato e para os lucros chorudos dos grandes grupos, e não para os trabalhadores, para os reformados e os pensionistas, nem para as famílias.

Quando o salário mínimo nacional já deveria ser de pelo menos 1000 €, vários milhões de trabalhadores continuam com salários muito baixos. O quadro é ainda mais grave para as mulheres trabalhadoras.

Há mais de 2 milhões e 800 mil pensionistas com um valor médio de pensões de pouco mais de 570 €. Mais de 1 milhão recebe menos de 510 €.

No início de 2025, o nível médio dos preços subiu mais de 16 % em relação a 2021 e mais de 27 % nas despesas com a alimentação.

Dois milhões de pessoas, incluindo 300 mil crianças, vivem abaixo do limiar da pobreza, já após as prestações sociais, e o País arrisca-se a ver agravada a situação se não a invertermos com urgência.

O Governo insiste na propaganda de que aumentou o complemento solidário para idosos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é um facto!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... mas em janeiro o valor médio pouco passava dos 200 €.

Quando o PCP aponta a fixação do salário mínimo nos 1000 €, com a valorização geral de salários em pelo menos 150 € para todos os trabalhadores e das pensões em pelo menos 70 €, está a defender um caminho de progresso.

É um caminho de progresso que passa também pela criação de mais emprego, e emprego com direitos, preservando os postos de trabalho, mas estamos a assistir a mais encerramentos de empresas e a mais trabalhadores em *layoff*. Em janeiro, eram mais de 12 300, ou seja, houve um crescimento de 77 % em apenas um mês.

Em janeiro, estavam inscritas nos centros de emprego 337 605 pessoas, das quais 35 % há mais de um ano, ou seja, apontando um problema de desemprego de longa duração.

O caminho de progresso que o PCP defende passa ainda pela garantia da estabilidade do emprego, contrariando a precariedade.

Para o Governo, na Segurança Social, o que importa é o negócio privado dos fundos de pensões, a redução das contribuições do patronato, prolongar ainda mais a idade de reforma, pôr em causa os direitos da reforma antecipada para as longas carreiras contributivas e das profissões de desgaste rápido.

Os dados do desemprego comprovam a expressão e a dimensão dos ciclos da precariedade: 56 % dos inscritos nos centros de emprego foram lançados nesta situação com a cessação dos contratos a prazo.

Não há sinais, Srs. Deputados, de que o Governo pretenda alterar esta situação. Pelo contrário, está mais interessado em dar mais condições ao patronato para intensificar ainda mais a exploração do trabalho, cumpliciando-se com a desregulação dos horários e o embaratecimento do trabalho suplementar.

Portugal é um dos cinco países onde a duração do trabalho é mais elevada, com pelo menos 270 000 trabalhadores a trabalhar, semanalmente, 49 horas ou mais; 2 milhões e 400 mil trabalhadores sujeitos à desregulação dos seus horários; pelo menos 1 milhão e 900 mil trabalhadores a trabalhar por turnos, à noite, aos sábados e domingos, ou numa combinação destes dois tipos de horários, correspondendo a mais de 44 % da força de trabalho. Raramente veem os filhos acordados. Muitos casais, pouco se cruzam. São evidentes os danos na vida pessoal e familiar e as consequências, até em termos de saúde mental de crianças e de adultos.

A intensificação da exploração do trabalho — que o Governo estimula também com os incentivos ao funcionamento das creches em horário alargado e à criação de creches nas empresas — conduzirá, Srs. Deputados, a uma enorme tragédia social. Não contarão com o PCP para a silenciar. Contam com o PCP — sim! — para a combater.

Contam com o PCP — sim! — na luta pelos direitos e por uma vida melhor, com a convicção de que vai ser possível.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, como pretende responder?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Em conjunto, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Paulo Nuncio abandonou o debate?!

O Sr. **Presidente**: — Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Lá vem a cassete!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Acalmem-se lá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, na verdade, nós concordamos com o diagnóstico. Concordamos! O País está mal, poderia estar muito melhor.

Quando olhamos para países que têm mais ou menos a dimensão demográfica ou geográfica de Portugal — quando olhamos para uma Suíça, quando olhamos para uma Bélgica, quando olhamos para uma Holanda, quando olhamos para uma Irlanda —, vemos ali, precisamente, o sonho de que é possível estar muito melhor do que estamos.

Agora, onde é que nós divergimos? É que nós temos visões radicalmente diferentes de como lá chegar. O nosso caminho passa por replicar aquilo que estes países, que são muito mais prósperos do que o nosso, fizeram;...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso é a União Europeia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... o caminho do PCP passa pelo oposto, pelo caminho da coletivização, que sabemos como acaba.

Ora, por isso, Sr. Deputado, gostaria de lhe deixar aqui o desafio de olhar para este gráfico, onde aparece a esperança média de vida na China,...

O orador exibiu o gráfico que mencionou.

... e de reparar que há aqui uma queda abrupta em 1960. Sr. Deputado, a que é que se terá devido esta queda abrupta, em 1960, na China? Eu respondo por si: ao Mao Tsé-Tung, ou Mao Zedong, consoante queira dizer, em cantonês ou em mandarim. Em russo, peço desculpa, não sei como é que se pronuncia.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Ora, esta queda que aqui está foi o grande passo em frente para o abismo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece a IL, a dar um passo para o abismo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... e, portanto, em termos de soluções, creio que já está claro.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Estamos em 2025, e o PCP é o caminho para o abismo económico e social, porque as vossas ideias já foram experimentadas vezes e vezes sem conta,...

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

... não funcionam, não fazem falta e o resultado é sempre o mesmo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É mais Durão Barroso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eu sei que dói, mas é verdade!

Protestos do PCP e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, do Chega, dispondo de 2 minutos.

Continuação de contraprotestos da IL.

Srs. Deputados... Srs. Deputados da Iniciativa Liberal...

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Deputada, dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, o debate de hoje, marcado pelo Partido Comunista, sobre a degradação social do País devido à política de direita é, no mínimo, estranho.

Ora, se a degradação social do País se encontra aos olhos de todos, Srs. Deputados, ela não começou hoje, nem ontem, nem quando o atual Governo tomou posse. Assim sendo, onde estava o PCP, onde estavam as interpelações ao Governo, em 2015, 2016, 2017 e por aí adiante,...

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — ... quando eram aprovados os Orçamentos do Partido Socialista?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Esses, sim, degradaram os serviços públicos, nomeadamente a escola pública, que tanto dizem defender.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Pois, nesse tempo não havia contestação, não havia greves, não havia nada a reivindicar, porque era o PCP que dava a mão ao PS para a viabilização desses Governos.

Aplausos do CH.

Diante disto, só podemos concluir que, ao propor um debate desta natureza, hoje, o PCP reconhece que é o desplante vermelho, que é a hipocrisia ao nível máximo.

Meus senhores, sejamos claros hoje: a degradação do País não se deve à política de direita — que nunca houve verdadeiramente em Portugal! —, mas a 50 anos de estatismo, de socialismo vermelho e rosa ou laranja e à corrupção de partidos do sistema.

Sr. Deputado, queria ainda colocar-lhe uma questão sobre o ensino artístico especializado, onde mais de 95 % das escolas pertencem à rede privada, porque o Estado não é capaz de prestar este serviço, muitas em risco de fechar devido ao subfinanciamento crónico.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Pergunto-lhe se acompanha o Chega no reconhecimento da dignidade destes profissionais de ensino e na opção das famílias em colocar os seus filhos nesta modalidade de ensino, promovendo um aumento do financiamento para este que é um serviço público, ainda que prestado por uma entidade de natureza privada.

Srs. Deputados, é tempo de tirarmos as palas de Marx e de Engels. É tempo de olharmos o mundo como ele é e de ajudarmos as famílias e as empresas sem preconceitos ideológicos. É tempo de passar do século XIX para o século XXI.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, não há margem para dúvida em relação à sua intervenção. Hoje, o PCP decidiu vir ao Parlamento gozar com quem trabalha. Eu não digo gozar com este Governo, que está a trabalhar como nenhum outro para fixar os profissionais de saúde no SNS;...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E está a correr super bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... eu digo gozar com os próprios trabalhadores da saúde do nosso País.

Sr. Deputado, o vosso partido, que se arroga da defesa dos trabalhadores, ignora que este Governo, com o seu plano de motivação dos profissionais de saúde, já chegou a acordo com os médicos para valorizar as grelhas salariais até 600 €, para diminuir o número de horas de urgência dos médicos e para integrar os médicos internos plenamente na carreira médica.

Sr. Deputado, por que motivo o Governo que o PCP apoiou não valorizou, como este Governo, os médicos do SNS? Isto é ou não é gozar com quem trabalha no SNS?

Também com os enfermeiros este Governo chegou a acordo para subir e valorizar em vários níveis remuneratórios a sua carreira, com níveis de aumento de 24 % nas grelhas salariais.

Sr. Deputado, porque é que o PCP não apoiou o Governo de António Costa para que estas remunerações fossem valorizadas? Isto é ou não é gozar com quem trabalha no SNS?

Aplausos do PSD.

Mais do que isso, Sr. Deputado, relativamente à carreira dos farmacêuticos, tivemos uma negociação para a valorizar em seis níveis remuneratórios, capacitando, designadamente, a capacidade, passe a redundância, de formar aqueles que vão prestar formação às próximas gerações nesta carreira.

Portanto, Sr. Deputado, por que motivo o PCP não apoiou o Governo de António Costa para aplicar estas valorizações? Isto é ou não é gozar com quem trabalha no SNS?

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Por isso, percebe-se porque é que o PCP não critica hoje o plano de motivação dos profissionais de saúde deste Governo: esteve empenhado, com o Partido Socialista, em aplicar nos últimos anos um plano de desmotivação dos profissionais de saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pelos Srs. Deputados e as respostas são simples: o diagnóstico está feito e o PCP tem soluções,...

Vozes do PSD e da IL: — Eh lá!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... ou seja, aumentar os salários, aumentar as pensões e promover uma justa distribuição da riqueza, pois quem cria a riqueza são os trabalhadores.

O PCP está, como sempre esteve, na luta pela defesa dos trabalhadores, fosse com Governos da AD, fosse com Governos do PS, e, sim, mesmo durante os Governos do PS, o PCP defendeu e apresentou aqui propostas que o PS, o PSD, o CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal rejeitaram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega não existia! O Chega não existia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E vai deixar de existir!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Se me deixarem explicar...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ouvimos as perguntas tranquilamente. O Sr. Deputado está a dar as respetivas respostas e também tem o mesmo direito a que a Câmara ouça.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É verdade que este Governo celebrou um conjunto de acordos com um conjunto de identidades, mas também é absolutamente verdade que se viu claramente forçado a fazê-lo face à luta das organizações dos trabalhadores na rua e nos locais de trabalho.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não foi nenhuma benesse, não foi nenhum favor do Governo, foi o resultado da luta dos trabalhadores e, em alguns casos, diga-se, incluindo na saúde, ainda insuficientes.

Protestos do Deputado do PS João Torres.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Capacidade de diálogo! Vontade política!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mas não malbaratem este capital, Srs. Deputados, porque a luta vai continuar.

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do PS, que dispõe de 10 minutos e 38 segundos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este Governo tem demonstrado total incapacidade em áreas nucleares para o País e para os portugueses,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a ver?!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... como é o caso da educação.

A política para o setor tem conduzido a um agravamento da situação do número de alunos sem aulas, apesar da tentativa de encobrimento divulgando números errados. Mas a ausência de planeamento para suprir a falta de professores é evidente.

O plano de emergência lançado pelo Governo depressa se transformou num plano de longo prazo sem fim à vista. Um plano cuja meta proposta para o primeiro período não pôde ser verificada porque, conscientes de que não seria cumprida, foi atirada para uma auditoria, culpabilizando os serviços e, claro, o anterior Governo — até porque tudo o que corre mal é da responsabilidade do anterior Governo e tudo o que corre bem é mérito do atual.

Mas na educação não há mérito que valha a este Governo.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Nada do prometido chegou às escolas, nem os técnicos superiores para ajudar os diretores de turma, nem os professores reformados, nem as bolsas de estudo dos cursos de educação básica, nem a atualização do rácio dos auxiliares de educação.

Os professores estão sobrecarregados com mais trabalho, seja pelo número elevado de horas extraordinárias, seja pelas provas ModA (provas de monitorização da aprendizagem), que os voluntariou à força para bolsas solidárias de correção e greves associadas.

O subsídio de apoio à deslocação criou injustiças, a contabilização do tempo de serviço no ensino superior deixou de ser igual para todos e a revisão do Estatuto da Carreira Docente foi atirada para 2026, já para não falar dos professores que vincularam, mas que estão a ser chamados para serem informados de que não têm habilitação para determinados grupos de recrutamento.

No ensino superior, este Governo segue uma visão mercantilista com base na cobrança de propinas elevadas. Resistiu quanto pôde ao alargamento do apoio ao alojamento para os estudantes da classe média, novamente aprovado neste Parlamento,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... e apresentou uma proposta de revisão do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) que implodirá o ensino politécnico.

Na ciência, cortou o orçamento da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), não tem uma política de emprego científico que resolva a precariedade dos investigadores e não consegue garantir previsibilidade no financiamento da ciência.

Estes são sinais da ausência de uma política de educação eficaz para professores, investigadores, alunos e funcionários.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Habitação, que dispõe de 9 minutos e 49 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Habitação** (Patrícia Machado Santos): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: O assunto que nos traz aqui hoje é a perceção de que existe uma degradação social do País e que isso se deve a uma política de direita.

Vamos passar aos factos: o resultado obtido por Portugal no que diz respeito ao índice de acessibilidade habitacional calculado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) para 2024 é de 157,7 pontos, sendo que estamos 36 % acima da OCDE e 50 % acima da média dos países da zona euro.

O histórico de Portugal mostra que, em 2014, o último de quatro anos de um Governo de direita, o índice era de 99,6 pontos.

A seguir àquele Governo de direita, vieram quase nove anos de outras políticas, quatro dos quais com o beneplácito do partido que agora interpela este Governo.

Durante estes nove anos o que aconteceu? O índice de acessibilidade habitacional aumentou mais de 58 %, os preços da habitação aumentaram em média 135 %, a remuneração média mensal aumentou 33 %, atacaram-se os proprietários, que tinham as suas casas devolutas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Habitação**: — ... tentou-se eliminar a atividade económica do alojamento local, responsável pela reabilitação de grande parte dos nossos centros históricos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Habitação**: — ... prolongou-se por mais alguns anos a existência de contratos de arrendamento, anteriores à entrada em vigor do NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano), minando-se ainda mais a confiança dos proprietários no mercado de arrendamento, e desta forma contribuiu-se para a degradação do parque habitacional.

E, embora se tenham lançado alguns programas importantes com vista ao aumento do parque público, a sua concretização não foi eficaz. O exemplo mais pragmático é o do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), programa que estava suborçamentado e sem uma visão objetiva das reais necessidades do País, nem da adequação das entidades públicas para responder a este desidrato.

Nos últimos 10 anos, construíram-se por ano uma média de 230 habitações públicas e este número contrasta com o número alcançado na construção da habitação pública no âmbito do Programa Especial de Realojamento, que foi planeado e executado durante os 10 anos do Governo liderado por Professor Aníbal Cavaco Silva e que permitiu duplicar a dimensão do parque público, acrescentando-lhe mais de 48 000 casas.

Também não posso deixar de assinalar que é o financiamento público de 2,8 mil milhões de euros, disponibilizado por este Governo, que vai permitir concluir as 26 000 casas previstas na componente de habitação do PRR e acrescentar mais 33 000 ao objetivo inicial, num total de cerca de 59 000 casas.

Mais, foi com uma política deste Governo que cerca de 20 000 jovens beneficiaram da isenção do IMT (e do imposto de selo, poupando na ordem dos 76,5 milhões de euros para comprar casas com um valor médio de 188 000 €, ao contrário do que era a vossa perceção de que esta seria uma política para jovens ricos.

É também por via de uma política deste Governo que estamos a trabalhar na disponibilização do património devoluto no Estado, num total de, até agora, cerca de 5980 respostas a serem concretizadas em parcerias público-privadas e com arrendamentos no âmbito do arrendamento acessível.

É também política deste Governo duplicar, para o ano de 2025, o investimento na habitação, centrando-se em 2,2 mil milhões de euros.

Concluindo, os factos e os números que acabei de fornecer são razão suficiente para uma ou mais interpelações a Governos, mas não a este Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem três pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, é impressionante como é que o Governo pode vir a esta Assembleia minimizar a gravidade da situação que se vive no nosso País em matéria de acesso à habitação, e que toda a gente reconhece.

Aquilo que temos e perguntar é: o que é que o Governo já fez, de facto, para alterar esta situação? O que é que melhorou no acesso à habitação desde que o Governo iniciou funções e já vai quase para um ano? O que

é que o Governo fez? O Governo fez alguma coisa para limitar os aumentos de rendas de casa que têm desalojado milhares de famílias no nosso País?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Governo fez alguma coisa para alterar a situação de sem-abrigo, que envergonha quem passa designadamente em algumas zonas da cidade de Lisboa? O que é que o Governo fez para limitar as borlas fiscais aos residentes não habituais, que correspondem a 1700 milhões de euros por ano? O que é que isso não daria em habitação social?! Mas, não, o Governo aí não faz nada disso!

O que é que o Governo já fez para limitar aquilo a que se tem chamado, e bem, gentrificação das cidades, a expulsão das populações do centro das cidades, entregues à especulação imobiliária, entregues ao alojamento local não regulado? O que é que o Governo tem feito para melhorar essa situação?

A realidade é que o Governo não tem feito nada e por isso é que nós vemos as populações cada vez mais inquietas e com mais motivos de descontentamento relativamente ao acesso à habitação. Isto mete-se pelos olhos dentro, é hoje uma das principais preocupações que afeta os portugueses e o Governo vem aqui a esta Assembleia minimizar essa realidade, dizendo que está tudo bem e que a política do Governo está muito certa.

Sr.^a Secretária de Estado, a política do Governo não está certa, é preciso atuar decisivamente no sentido de garantir condições para os portugueses terem acesso à habitação, pois o Governo não está a fazer isso.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Saavedra, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Margarida Saavedra** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Representantes do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pretende-se, por este debate, propagar o mito de que as políticas sociais de direita não beneficiam nem o Estado social nem as pessoas.

Vamos a factos: temos hoje uma deficiência de mais de 130 000 casas e nove anos de promessas vãs não nos deixaram nem casas nem casinhas. E pior, o esforço que foi implementado em 2000, por legislação do Governo de Cavaco Silva para erradicação de barracas, está hoje a ser anulado pela proliferação de bairros clandestinos, onde famílias vivem sem água, sem luz, sem saneamento, em condições inadmissíveis numa sociedade que se diz civilizada.

Sejamos muito claros: não pode haver paz social onde crescem bairros clandestinos. E onde é que eles proliferam, Srs. Deputados? Exatamente nas áreas limítrofes, nas áreas periféricas das cidades, onde se podia e devia fazer uma cidade em condições para as pessoas poderem viver com dignidade, e, em lugar disso, temos bairros clandestinos a crescer todos os dias. É que a necessidade é crescente, sabem? E a bola de neve de «casas-cogumelo» aumentou, para nossa vergonha, para vergonha de todos nós, em nove anos de inação.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Margarida Saavedra** (PSD): — É que, como diz a Sr.^a Deputada Helena Roseta que a esquerda gosta tanto de citar, quando a lei falha, algo se há de fazer. Pois bem, têm-se feito bairros clandestinos e isso não dignifica o País e, sobretudo, não cria paz social, aquela paz social que nós estamos apostados em ter para toda a gente.

Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, pergunto-lhe: o que está a ser feito para aumentar o parque público de habitação e dar às pessoas habitações condignas, dignas do nosso século e da nossa cultura?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, Sr.^a Secretária de Estado, ouvi-a dizer que existe uma perceção, particularmente da parte da esquerda, de que existe uma degradação social do País que se deve a uma política de direita. Nós sabemos que não é graças à política da direita, tem sido a política da esquerda que tem feito o País chegar ao ponto onde chegou. Esta é que é a grande verdade.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o que é certo é que este Governo também não tem melhorado. Repare, por exemplo, nas nomeações, quer as nomeações nos hospitais, quer as nomeações até no Governo: ainda hoje se soube da notícia que o Ministro Castro Almeida nomeou para chefe de gabinete a mulher do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh pá, que raio! Então, mas será que só quem tem cartão partidário é que tem mérito para ser nomeado e ser chefe de gabinete no Governo? Que raio! Será só isso? Ou seja, há aqui mais alguma coisa.

Sr.^a Secretária de Estado, queria fazer-lhe uma pergunta em relação aos «ocupas». Temos recebido, com muita preocupação, a informação de que há pessoas que ocupam as casas, particularmente na Margem Sul e no distrito de Setúbal, e a GNR (Guarda Nacional Republicana) diz que não pode fazer nada. A pergunta que faço, Sr.^a Secretária de Estado, que certamente está em articulação com o Governo, é o que é que vamos fazer em relação a isto, porque a GNR não pode fazer nada. Chegam lá os meliantes e entram nas casas, ocupam as casas, inclusive casas onde estão idosos, casas que são desses idosos. Portanto, ocupam as casas e ninguém pode fazer nada! Sr.^a Secretária de Estado, o que é que o Governo vai fazer em relação a isso? Esta é a pergunta a que terá de responder.

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Anda a ler a cartilha espanhola!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Habitação.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Peço à Câmara que dê condições à Sr.^a Secretária de Estado para poder responder aos pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Habitação**: — Sr. Deputado António Filipe, sabemos bem que ninguém minimiza a herança que recebemos naquilo que toca às deficiências do parque habitacional público e aos entraves no acesso à habitação. Trabalhamos para aumentar a oferta, quer do parque público, quer do parque privado. Entendemos que só em conjunto é que vamos conseguir fazer face a esta crise que nos assola. E nisso estamos em polos bastante distintos: não acreditamos que o setor público consiga responder, com eficácia e unicamente, a esta situação.

Em 10 meses não se fazem casas, Srs. Deputados, mas oito anos daria para ter construído muitas casas e aumentar grande parte do parque público e não estarmos hoje com o nível de carência habitacional em que estamos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Habitação**: — Foram 2,8 mil milhões de investimento no parque público em quatro meses que estivemos na liderança deste Governo. Portanto, estamos a fazer e estamos a fazer muito. Este Governo fez aprovar, por via do Orçamento do Estado, um investimento na habitação de 2,2 mil milhões de euros, e estamos a trabalhar na disponibilização de tudo o que é o parque público com aptidão habitacional, precisamente para, com via a parcerias público-privadas, conseguirmos aumentar o nosso arrendamento urbano no Programa de Arrendamento Acessível. Sim, estamos a trabalhar e estamos a trabalhar muito afincadamente com todos os parceiros para reverter a crise habitacional que nos assola.

Sr. Deputado do Chega, de facto, a crise do acesso à habitação que estamos a viver faz espoletar todas as mais diversas ocupações. Estamos a viver, neste momento — e é do conhecimento de todos —, ocupações de terrenos particulares, de terrenos do Estado. Se não fizermos nada num curto espaço de tempo, nomeadamente a disponibilização de terrenos para construção de habitação, como aquilo que estava previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, vamos ter cada vez mais ocupações. O Plenário entendeu, de uma forma expressa, que os municípios não teriam a capacidade para definir quais seriam os terrenos e qual seria o nível de expansão dos seus territórios. Assim, vamos estar, em dois ou três anos, a reviver aquilo que foram as barracas, e por isso se constituiu o Programa Especial de Realojamento.

Estamos a olhar para todas as questões da legislação que nos permitam ter uma atuação muito mais efetiva.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Secretários de Estado: Sei que em horas de aperto o Governo diz que está a ser vítima de um ataque concertado pela comunicação social e, em particular, pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal).

O facto de os despejos estarem a aumentar significativamente e aos olhos de toda a gente não é um ataque concertado da comunicação social.

O facto de Portugal ser o primeiro país da OCDE onde é mais difícil conseguir casa não é uma invenção da comunicação social para atacar o Governo.

O facto de 70 % das casas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto estarem acessíveis apenas aos jovens que ganham mais de 2500 € — e eu garanto-lhe que é cerca de 1 % a 3 % dos jovens — não é uma invenção da comunicação social para maldizer o Governo.

Há uma crise de habitação. Há pessoas que estão a empobrecer, porque há uma parte do seu salário cada vez maior que vai para a renda, que vai para o empréstimo.

Há pessoas que depois de empobrecerem, porque o Governo nada fez sobre a renda, são desalojadas porque o Governo nada faz sobre os despejos. E, quando são desalojadas, vão ser sem-abrigo. E, quando o Governo nada faz sobre os sem-abrigo, vão ocupar uma casa ou construir uma barraca.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão trabalhar! E trabalhar? Era bom!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E aí o Governo fará alguma coisa, sim. Aí, o Governo tratará de demolir a barraca e de considerar essas pessoas ilegais. Aí, haverá ação do Governo. Para as consequências da crise habitacional, haverá sempre ação para excluir aqueles que já estão excluídos. Para lhes resolver o problema de não ter casa e do salário não chegar para a renda, para isso, não há soluções.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não venham com conversas de geringonça. A geringonça acabou há seis anos. Quantas casas é que se constroem em seis anos?

«Ah, mas a crise é mundial» — dizem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, olha!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas no mundo está-se a debater o controlo de rendas. No mundo está-se a debater o controlo dos despejos. No mundo está-se a debater restrições ao investimento estrangeiro. Só em Portugal é que não!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Claro!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Serão todos burros? Mas serão todos burros?

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Todos os países do mundo que identificaram na especulação imobiliária e no turismo as razões do aumento das rendas são burros! Da esquerda à direita, dos liberais do Canadá até ao Governo socialista em Espanha, são todos burros! Só neste País...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só neste, em mais nenhum!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... é que a crise habitacional não se deve nem ao excesso de turismo, nem à especulação imobiliária, nem ao mercado desregulado. Não! A crise habitacional deve-se ao ordenamento do território. Pois bem, encontrámos o responsável pela crise habitacional em Portugal: é o ordenamento do território.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é evidente e como está mais do que demonstrado, as medidas do Governo vão ser, na melhor das hipóteses, inócuas em relação ao direito da habitação. O problema é a falta de coragem para enfrentar o mercado, esse é que é o problema. E enquanto não se tomarem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Maria Begonha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O debate de hoje, e saúdo o PCP por isso, convoca a oposição a desmascarar uma retórica de sucesso deste Governo e a olhar para a realidade dos portugueses, e ainda bem. É que, hoje, a Sr.^a Secretária de Estado da Habitação vem dizer que a habitação está bem e recomenda-se ou que está mesmo melhor — quando, na verdade, nós sabemos que depois de grandes anúncios de um grande programa transformador para a habitação se sucedem más opções, maus resultados e erros. Erros que fazem a crise da habitação agravar, que pioram as condições de vida das famílias, dos jovens que procuram casa, de quem tem de procurar emprego nas cidades, de quem olha para o mercado e não tem resposta, mas também olha para o Estado e não tem resposta.

A realidade, Sr.^a Secretária de Estado, é que o preço das casas sobe, o preço das rendas sobe, os salários não chegam, e, portanto, muda-se o Governo, com anúncios e promessas, mas o acesso à habitação, Sr.^a Secretária de Estado, piorou.

Há um conjunto de medidas sobre as quais nós sabemos que o Governo agiu com celeridade. E que medidas são essas? Justamente as que provocam uma redução da oferta e fazem um maior aumento de preços. Quais são as medidas que o Governo se apressou a implementar? Liberalização do alojamento local, que reduz a oferta habitacional; uma lei dos solos desenhada com um conceito de preço moderado, que, se não fosse a intervenção do Partido Socialista, também teria no seu efeito um aumento dos preços; a isenção de imposto de selo e de IMT para a compra de habitação, que tem um efeito positivo para aqueles que podem aceder à medida, mas, como a Sr.^a Secretária de Estado sabe, deixa de fora um conjunto muito vasto de jovens, para quem o

Governo não tem uma palavra. Aos jovens que não têm capacidade sequer de equacionar comprar casa o Governo não tem uma palavra para dizer que tem medidas alternativas. Não há uma palavra ou uma medida para responder a essa maioria de jovens que não tem rendimentos para isso.

Às más opções sucedem-se também erros, e erros graves, como os cortes no apoio extraordinário à renda. E porquê? Porque reina um relativo caos no Ministério da Habitação. O apoio à renda falha a 46 000 famílias, o Sr. Ministro pede desculpa — e bem, naturalmente que achamos bem —, mas ficam as pessoas sem resposta. Pessoas que contam, obviamente, com esse apoio para chegar ao fim do mês e que mereciam, da parte do Governo, pelo menos o respeito, já que pagam os seus impostos, trabalham neste País, de saber a razão do corte desse apoio.

Mas não ficamos por aqui. Quanto a erros e atrasos, já que o Governo tanto fala das oportunidades extraordinárias que criaram na habitação aos jovens, o Porta 65, que é a única resposta para muitos jovens deste País, também não funciona. O Governo proclama medidas, mas os jovens aguardam, há meses, para saber os resultados do Porta 65, não podendo fazer planos de vida sem saber se recebem esse apoio. E o Governo também aqui nada tem a dizer.

Note-se, Sr.^a Secretária de Estado, que estes programas não foram inventados pelo Governo. A exigência era muito baixa, era mesmo só não estragar, e mesmo aqui o Governo falha.

O Governo precisa de, urgentemente, assumir as suas opções em matéria de investimento em parque público, e ouvi a sua intervenção com muita atenção. Então, o Governo anuncia que financia 59 000 candidaturas, mas sabe que existem 130 000 carências em Portugal, então, a pergunta que resta, obviamente, é: se há 130 000 carências, este Governo continua a assumir a prioridade do PS, ou não, de erradicar as carências de habitação? O que é que faz com as restantes 70 000 carências identificadas neste País? Somos forçados a achar que o Governo vai recuar neste objetivo.

Sr.^a Secretária de Estado, o mesmo em relação à classe média. O Governo reduz para metade o objetivo traçado no PRR de casas para a classe média e até hoje não há nenhum compromisso concreto com os municípios ou com os portugueses para compensar este recuo. Somos também forçados a concluir que não está empenhado na resposta à classe média e, ao contrário do que anunciam, não temos uma resposta clara de prioridade de aumento do parque público.

Em suma, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo consegue o pleno da incompetência e da irresponsabilidade: recua na resposta ao 1.º Direito, recua na resposta à classe média, falha nos apoios que deveria atribuir a tempo, sobe o preço das casas, sobe o preço das rendas. E o que temos de nos questionar é até quando é que o Governo vai continuar a não ouvir a oposição e a hipotecar as soluções do Partido Socialista, em vez de corrigir a trajetória, porque, Sr.^a Secretária de Estado, a habitação não está melhor, a crise na habitação agravou.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Maria Begonha, tenho uma pergunta muito simples, muito objetiva: quem foi a pessoa, quem foi, que disse que nos 50 anos do 25 de Abril, portanto em 2024, todos os portugueses iriam ter casa? E quem foi que prometeu 26 000 fogos, sendo que, no final de 2023 e início de 2024, entregou 1400 fogos, ou seja, cerca de 5 %. Quem foi, quem foi, Sr.^a Deputada?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Begonha.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Sr.^a Presidente, gostava de responder à Iniciativa Liberal dizendo quem é que não foi, quem é que não quis fazer uma lei de bases da habitação em Portugal...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — ... e quem é que não acha que a prioridade em Portugal na habitação deve ser mais investimento público e habitação pública.

Digo-lhe quem é que não foi que percebeu que o Estado tinha de ter um papel na política pública, que a habitação tinha de ser também do lado do Estado social: foi a direita portuguesa, que votou sempre consistentemente contra qualquer resposta aos portugueses em matéria de habitação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: A Sr.^a Secretária de Estado já falou sobre isso e, de facto, uma notícia de há poucos dias dá-nos conta de que Portugal é o país da OCDE onde é mais difícil comprar casa porque é o país onde a relação entre o preço das casas e o rendimento das pessoas é maior.

Mas nós não precisamos de notícias para saber isto, tal como tantas pessoas que vivem todos os dias com este drama de pagar casa, de não conseguir sair de casa dos pais, de ter de partilhar casa aos 20, 30, 40, 50 anos, em alturas em que gostariam de estar em sua casa, de ter condições para constituir família.

Em Portugal, temos algo ainda mais grave: pessoas que trabalham, que recebem ordenado e que estão em situação de sem-abrigo porque não conseguem pagar o preço de uma casa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Isto é gravíssimo e é a prova de que as políticas públicas estão a falhar. Voltamos a ter habitação autoconstruída, tal é o desespero de tantas pessoas e de tantas famílias.

Esta é uma emergência na habitação e não está a ser tratada, de todo, como uma emergência, muito pelo contrário. As medidas que o Governo implementou para a habitação contribuíram para o aumento do preço das casas, outras são apresentadas como soluções para o problema da habitação, como as mexidas na lei dos solos, quando é consensual que não vão resolver nada pela habitação, muito pelo contrário — até o setor imobiliário vem dizer isto, que não vai mudar nada na habitação —, e põem, na verdade, em causa o futuro do País e o desordenamento do território.

O Governo, na verdade, não quer fazer o que é mesmo preciso, que é combater a especulação imobiliária, reabilitar o património devoluto, devolver o centro das cidades aos seus moradores. Não conseguiram ainda implementar o Fundo de Emergência para a Habitação, que já podia estar efetivo há um ano, a ajudar as pessoas a não perderem a sua casa — 100 milhões de euros por ano.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Nós sabemos bem o que o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação respondeu quando lhe perguntaram, logo no início do mandato, qual seria uma das soluções para a habitação: melhorar o sistema de transportes. E isto mostra muito claramente a visão deste Governo: quem consegue pagar, consegue aceder, consegue comprar uma casa; quem não consegue, vai morar longe, perde horas em transportes. E é isto.

Aumenta a desigualdade nos rendimentos, aumenta a desigualdade no acesso a uma casa onde morar, aumenta a desigualdade no tempo que todas as pessoas têm disponível...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... ou que, na verdade, não têm disponível para si e para as suas famílias. Há imensas famílias que não têm tempo nenhum para si, para estar, para acompanhar os filhos. Há pessoas que trabalham horas demais, que perdem horas em transportes, saem de casa de madrugada, voltam de noite.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares falou aqui de comparação com outros países.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Basta olhar aqui para o lado: em Espanha, o salário mínimo continua a aumentar e a afastar-se do salário mínimo português.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Espanha? É um grande exemplo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portugal, na verdade, continua com uma política de salários baixos.

Mas há mais para onde olhar: a produtividade em Portugal aumentou nas últimas décadas e os salários não acompanharam esses aumentos. Ou seja, quem é que ganhou com este aumento de produtividade? É que nem no tempo de trabalho se incorporou esse aumento de produtividade. Podíamos estar a usar a tecnologia, o aumento de produtividade, para que todas as pessoas tivessem mais tempo e não vivam neste sufoco constante de estar sempre a correr.

Olhando novamente aqui para o lado, Espanha diminuiu o horário de trabalho, agora em meia hora, com o plano de continuar a reduzir o horário de trabalho.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É tudo uma desgraça!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Espanha é horrível!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Aqui em Portugal, o Governo não quer ouvir falar de reduzir o horário de trabalho, não quer testar a semana de quatro dias, não quer discutir nada disto. E porque é que o Governo não olha para Espanha e para aquilo que está a ser bem feito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há miséria em Espanha!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É que habitação, rendimento, tempo, são direitos básicos de qualquer política pública...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que se preocupe com o bem comum e com o bem-estar de todas as pessoas, e não têm sido essas, de todo, as prioridades que vemos neste Governo.

Aplausos do L.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Espanha por acaso é um bom exemplo, está a funcionar bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Espanha está bem, com a esquerda! Que desgraça de país!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nunca foi a Espanha!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — As notas do Vox são em castelhano ou em português?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários do Estado: Nos tempos frenéticos em que vivemos, é normal que tenhamos dificuldade em recordar onde estávamos há um ano ou há um mês, tudo parece efémero e tudo passa a correr.

As notícias, os dados, os casos saem a um ritmo alucinante, o que nos impede recordar o ponto de partida. Mas, neste caso, é importante recordar o ponto de partida,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... pelo que vou partilhar com VV. Ex.^{as} alguns excertos de notícias de uma realidade que já nos parece longínqua e de um tempo que já nos parece distante.

Primeira: «“Estão em causa cuidados aos doentes.” Ordem dos Médicos e Governo discutem estado do SNS. [...] O encontro, que tem carácter de urgência, foi pedido [...] pelo bastonário [...], para quem o sistema público está à beira do colapso.» Publicada a 4 de outubro de 2023.

Segunda: «Novo recorde. Carga fiscal deverá atingir os 38 % em 2024.» Publicada a 11 de outubro de 2023.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Terceira: «Crise na habitação: mais de metade dos portugueses com dificuldades em pagar a casa.» Publicada a 9 de novembro de 2023.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Quarta: «Educação em 2023: alunos sem professores, greves e “manifestações históricas.” Ao longo do ano, os sindicatos entregaram mais de meio milhar de pré-avisos de greve. [...] A contagem do tempo de serviço [...] foi o que mobilizou mais protestos.» Publicada a 30 de dezembro de 2023.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, podia continuar a citar notícias dessa realidade tão longínqua e desse tempo que parece já tão distante, mas não o é. Esta realidade, este retrato, este País, foi o País que o atual Governo da Aliança Democrática herdou do Partido Socialista:...

Aplausos do PSD.

... um País em guerra social, um País com vários setores de atividade desmotivados e revoltados, um País onde os alunos fugiam da escola pública para os colégios privados,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... um País que batia recordes de portugueses a aderirem a seguros privados de saúde e onde os hospitais privados nasciam como cogumelos, um País de impostos máximos e serviços mínimos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Por isso, é com admiração que vemos o PCP trazer a debate a degradação da situação social do País em consequência da política de direita. Onde andava o PCP quando os Governos socialistas destruíam o Estado e conduziam Portugal ao rumo do colapso social? Onde andava o PCP?

Aplausos do PSD.

Nós sabemos onde andava o PCP, nós temos memória: o PCP andava de braço dado com o PS e com os Governos socialistas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não sabemos a que se refere o PCP quando agora fala em degradação da situação social do País, muito menos sabemos a que se refere quando fala em políticas de direita numa perspetiva pejorativa. Sabemos que enquanto uns e outros — seja da esquerda, seja da direita — se batem a discutir quem é mais de esquerda ou quem é mais de direita, se motivam a colocar portugueses contra portugueses e se agarram às suas agendas populistas e extremistas, há hoje um Governo em Portugal que governa para todos, para todos e para todos, que governa no campo da tolerância e da moderação, que governa com bom senso e, sobretudo, que governa bem e para as pessoas, para resolver os problemas das portuguesas e dos portugueses.

Aplausos do PSD.

Foi o que fez na educação, com a reposição do tempo de serviço dos professores e tomando medidas para os alunos sem aulas, devolvendo a paz às escolas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Foi o que fez ao reduzir impostos, IRS e IRC, e ao alargar o IRS Jovem e a apoiar os jovens na compra da primeira habitação.

Foi o que fez na justiça e coesão social, aumentando o salário mínimo nacional mais do que aquilo que o Governo do Partido Socialista queria aumentar, o que levou a um aumento do salário médio, e também aumentando, já por duas vezes, o complemento solidário para idosos e atribuindo medicamentos gratuitos aos idosos mais pobres.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Foi o que fez também na mobilidade, com a criação do Passe Ferroviário Verde.

Foi o que fez, e está a fazer, na habitação, ao mais do que duplicar o número de casas a construir até 2030, passando de 26 000 para 59 000.

Foi o que fez, é o que está a fazer e é o que vai continuar a fazer.

Este Governo veio para governar, veio para governar bem...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e vai continuar a fazer, a fazer e a fazer, por muito que isso custe às oposições.

Este Governo vai continuar a resolver os problemas que herdou, mas, sobretudo, vai continuar a trabalhar afincadamente para dar futuro...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e dar esperança aos filhos e aos netos de Portugal.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Grupo Parlamentar do Chega. Vamos só dar tempo para que o Sr. Deputado João Antunes dos Santos chegue ao seu lugar.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o PCP vem aqui hoje culpar a política de direita pela degradação do País, mas convém perguntar: qual política de direita?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Portugal está há 50 anos a ser governado pelo PS e pelo PSD, sempre com o apoio da extrema-esquerda, quando necessário.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — A culpa não é da direita, a culpa é vossa.

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Os factos são claros: 2 milhões de portugueses na pobreza mesmo com apoios sociais; 1,7 milhões sem médico de família e listas de espera sem fim; 40 000 alunos sem professor; transportes públicos que não funcionam; jovens sem futuro, obrigados a emigrar; e salários esmagados por impostos absurdos.

E qual é a solução do PCP? Mais Estado, mais impostos, mais burocracia,...

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... o mesmo socialismo falhado que afundou a União Soviética, Venezuela e Cuba. Comunismo significa miséria, repressão e fome.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Factos históricos!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Mas não fiquemos só pela crítica ao PCP. O PS e o PSD são duas faces da mesma moeda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Durante décadas, prometeram crescimento e serviços públicos dignos, mas os portugueses vivem cada vez pior.

Portugal precisa de uma alternativa real: queremos menos Estado e mais liberdade; queremos menos impostos para as famílias; queremos um sistema de saúde e de ensino que funcione; queremos acabar com a farsa de um Estado que cobra impostos, mas depois não consegue garantir médicos, professores ou segurança;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... queremos controlar a imigração; queremos acabar com a corrupção e chega de tachos para amigos do PS e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Deputado João Antunes dos Santos, o salário mínimo nacional aproxima-se cada vez mais do salário médio dos trabalhadores. Em 2024, 3,4 milhões de trabalhadores ganhavam menos de 1000 € por mês. Quais são os objetivos do Governo para 2025, considerando que já estão em funções há um ano?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, agradeço a questão final colocada e agradeço o retrato que fez do Partido Socialista que, efetivamente, este Governo herdou.

A sua questão acaba por ser uma falsa questão, porque penso que às oposições, do Chega ao PCP, ao Bloco de Esquerda, custa assumir, mas têm de assumir: o País hoje está melhor do que estava há dez meses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tirando as nomeações!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Têm de assumir isso. Os portugueses sentem isso na rua, as pessoas sentem isso,...

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É uma falsa sensação!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma perceção!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e têm de ser verdadeiros, até para com os vossos eleitores, para com os vossos simpatizantes, para com os vossos militantes. Têm de assumir que o País hoje está melhor do que estava há dez meses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Relativamente ao salário mínimo e ao salário médio, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o aumento do salário mínimo que este Governo conseguiu, depois de ter feito um acordo histórico na concertação social, já levou a que o salário médio aumentasse. Há dados recentes que refletem isso.

Portanto, é nesse caminho que este Governo vai continuar a trabalhar: aumentar salários, seja o salário mínimo, seja o salário médio, porque, efetivamente, é importante aumentar o salário mínimo, mas é muito importante aumentar o salário médio.

Nós queremos uma sociedade em que, cada vez mais, as pessoas têm rendimento para poderem viver melhor.

Aplausos do PSD.

Nesse momento, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente:** — Não tenho mais nenhuma inscrição.

Pausa.

Não tendo, passamos à fase de encerramento.

Pausa.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Saúde. Dispõe de 3 minutos e 46 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde** (Ana Povo): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Menos de um ano de mandato foi o suficiente para demonstrar que é possível fazer mais e melhor na saúde.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde:** — Os números falam por si.

Vamos comparar janeiro de 2025 com janeiro de 2024, dados públicos do Portal da Transparência: há hoje mais 5 % de consultas realizadas;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais bebés a nascer nas ambulâncias!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde:** — ... mais 3,5 % de cirurgias efetuadas e uma redução de 15 % nos doentes inscritos para cirurgia acima do tempo máximo de resposta garantido; mais de 100 000 utentes com médico de família — e não, não é limpeza da lista —; menos tempos de espera nas urgências, com uma diminuição média de 20 %.

E vamos olhar para a Viseu. Viseu, com o novo conselho de administração, conseguiu resolver a urgência encerrada de pediatria, sendo que desde o dia 24 de outubro esteve sempre aberta.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quatro mulheres são diagnosticadas com cancro da mama a cada minuto e uma acaba por falecer; nós alargámos a idade de acesso ao rastreio do cancro da mama. Em quatro anos, morreram 22 000 portugueses com cancro do pulmão; nós vamos avançar com o rastreio do cancro do pulmão.

Reforçámos a vacinação, protegendo mais cidadãos, desde a imunização do VSR (vírus sincicial respiratório) para as nossas crianças até aos mais vulneráveis, com a vacina de dose reforçada para mais de 85 anos.

Mas não, não nos ficámos apenas pelo reforço ao acesso. Acreditamos que a saúde tem de estar onde as pessoas mais precisam, com medidas de proximidade e justiça social.

Não vou falar dos medicamentos gratuitos para o complemento solidário para idosos, que já foi muito falado.

Lançámos o novo programa de bombas de insulina nas farmácias, que transformará a vida de milhares de doentes com diabetes.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS) — Ah! A sério?!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde:** — Em dois anos, foram implementadas 742 bombas. Decorridos 26 dias desta nova medida, temos já 60 pessoas com bombas de insulina.

Com diálogo e responsabilidade, assegurámos também a valorização dos profissionais do setor da saúde. Procedemos à revisão da tabela salarial de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, TEPH (técnicos de emergência pré-hospitalar), com aumentos salariais na ordem dos 300 € a 350 € até 2027.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

O nosso compromisso é com os profissionais que todos os dias garantem o funcionamento do SNS.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E com os utentes!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde:** — Devo lembrar que algumas destas tabelas não eram revistas há quase 20 anos.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Vamos olhar para o INEM. O INEM aguardava desde 2022 por uma autorização de contratação de docentes TEPH. Fomos nós que a demos.

Mas o nosso trabalho não termina aqui. Iremos compartilhar a nutrição entérica — assinei hoje a portaria —, uma necessidade para tantos doentes crónicos que há muito tempo aguardavam por esta medida.

Não nos limitamos a prometer, concretizamos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento. Para esse efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, não é a primeira vez que o Governo traz aqui um conjunto de números relativamente às consultas, às cirurgias, e gostava de lhe fazer uma pergunta: qual é que foi a tradução que isso teve na melhoria da saúde dos utentes? Era importante fazer essa apreciação.

Faço-lhe essa pergunta porquê? Porque é necessário haver um adequado acompanhamento dos utentes. Se os utentes não têm médico e enfermeiro de família, há logo aí uma privação e uma dificuldade acrescida no acesso aos cuidados de saúde. São mais de um milhão e meio de utentes sem médico de família. E qual é a resposta do Governo relativamente a esta matéria? É transferir para os grupos privados em vez de assegurar a resposta nos centros de saúde de proximidade às habitações?

É que um dos principais problemas com que o Serviço Nacional de Saúde está confrontado é a falta de profissionais de saúde. E não, Sr.^a Secretária de Estado, aquilo que o Governo tem decidido relativamente a esta matéria tem ficado muito longe daquilo que é necessário. O concurso para a contratação de médicos de medicina geral e familiar bem comprovou: 70 % das vagas ficaram por ocupar. E ficaram por ocupar porquê? O Governo não se questiona por causa disso? Não vai à procura da razão e das causas para que os médicos não queiram ficar no Serviço Nacional de Saúde?

Gostaria de colocar uma questão, Sr.^a Secretária de Estado: o que é que o Governo vai fazer? É que está a ver-se que aquilo que se tem adotado não tem resolvido o problema. O que é que o Governo vai fazer para fixar médicos, para fixar enfermeiros, para fixar técnicos? O que é que vai fazer para valorizar efetivamente as suas carreiras?

Nós temos aqui trazido propostas para a dedicação exclusiva. Não é a dedicação plena, porque, bem sabemos, muitos dos médicos que estão nesse regime não estão voluntariamente, mas porque estão obrigados.

Também pergunto se não considera que a integração do internato médico na carreira médica não poderia ser uma medida para ajudar a fixar médicos no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Saúde, que dispõe de 18 segundos mais a tolerância de 15 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, relativamente a médicos especialistas no Serviço Nacional de Saúde, de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2024 aumentaram 1,2 %. Estamos preocupados com o interior do País e, por isso, estamos a estudar medidas para reforçar essa fixação dos profissionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega, que dispõe de 1 minuto e 47 segundos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por hipocrisia, desfaçatez, esquecimento ou simplesmente falta de vergonha na cara, vem o PCP falar da degradação do País devido às políticas da direita.

Protestos de Deputados do PSD, do PS, do L e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É isso, é isso!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Mas já que querem falar da miséria que tantos vivem neste País, vamos falar do grande contributo comunista para a vida de Portugal. Vamos a isso!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Calma!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — O Chega quer acabar com as portas abertas na imigração, o PCP vota contra. O Chega quer acabar com o casamento infantil, o PCP vota contra. O Chega quer defender a vida, o PCP vota contra.

Aplausos do CH.

O Chega quer penas maiores para quem agride polícias, o PCP vota contra.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isso, contra tudo!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — O Chega quer prioridade nas creches para quem trabalha, o PCP vota contra. O Chega quer LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) fora das escolas, o PCP vota contra. Contra, contra, contra!

Aplausos do CH.

Mas nem tudo é contra, nem tudo é contra. Há muito da vossa marca.

Vozes do CH: — Há, há!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Despedimentos ilegais têm a vossa marca; trabalho não declarado tem a vossa marca; carga fiscal desumana tem a vossa marca; especulação imobiliária tem a vossa marca; saúde num caos tem a vossa marca;...

Protestos do PCP.

... educação no desespero tem a vossa marca; pensões miseráveis têm a vossa marca; e o aumento dos salários dos políticos tem a vossa marca.

É exatamente isso. É exatamente isso!

Aplausos do CH.

E não são as políticas da direita, não são; são os votos da esquerda, o silêncio da esquerda, a covardia da esquerda. Só vos compra quem não vos conhece, porque quem vos conhece sabe exatamente o que querem para Portugal, e é isso que muito democraticamente vos desejamos: a abundância da Venezuela, os salários de Cuba, a liberdade da China e a prosperidade da Coreia do Norte.

Risos do CH e do L.

Protestos do PCP.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Fiquem com tudo, fiquem com tudo. Nós não queremos a vossa miséria em Portugal!

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isto?

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque, do PSD, que dispõe de 3 minutos e 23 segundos.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Sr. Presidente: Esta interpelação ao Governo, por parte do PCP, é mais uma daquelas figuras que se repetem ao longo das legislaturas, com os mesmos temas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é que é triste!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — O Sr. Deputado Paulo Raimundo, de forma muito enfática, do cimo da tribuna, acusou o Governo de governar para os poderosos. Sobre esse aspeto, creio que já ficou aqui provado que a montanha pariu um rato. Aliás, a expressão até nem é muito correta; atendendo ao tamanho do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, é mais a colina que terá parido um pequeno rato.

Mas, quanto a este governar para os poderosos, também já aqui ficou demonstrado à saciedade que, do ponto de vista laboral, há um conjunto de acordos que foram obtidos por este Governo, de dignificação e de valorização das carreiras. O mais importante, talvez, porque era uma situação que se arrastou durante toda a governação socialista, que motivou lutas e que perturbou o funcionamento da escola pública, é o acordo com os professores obtido em maio.

Mas também o acordo com os funcionários judiciais; hoje mesmo, há umas horas, o novo acordo obtido com os oficiais de justiça; o acordo com as forças e serviços de segurança; o acordo com os guardas prisionais; o acordo com enfermeiros; o acordo com médicos; o acordo com técnicos de emergência pré-hospitalar; o acordo com farmacêuticos;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com as forças de segurança!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — ... o acordo com bombeiros sapadores.

Isto é governar, não para os poderosos, mas para aqueles que trabalham, para aqueles que servem o Estado e que servem os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas também um novo acordo de concertação social assinado pelo Governo com os parceiros sociais, e ainda um acordo para o aumento do salário mínimo em que as 14 prestações do salário mínimo, divididas pelos 12 meses do ano, dão, pela primeira vez, um salário mínimo superior aos 1000 €.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A dividir por seis ainda dá mais, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Isso é absolutamente fundamental e extraordinário. O PCP pode não o querer reconhecer, mas é a mais pura verdade.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A dividir por seis ainda dá mais!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Portanto, no final deste debate, pouco mais há a dizer: foi um exercício de inutilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 32 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Assistimos aqui a um coro bem afinado, com o PSD, a Iniciativa Liberal, o CDS e o Chega, não a defender o Governo, mas a atacar o PCP.

Vozes do PSD, do CH e da IL: — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é o PCP, é o comunismo!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E isso é muito significativo. O discurso é: se o País tem problemas que o Governo não consegue resolver, a culpa é do PCP e não do Governo; não de quem governa ou de quem governou, mas do PCP.

Ou seja, na falta de argumentos para defender o Governo, a defesa é o ataque.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Porquê? Porque não têm argumentos. Não têm argumentos. E quando referem que houve acordo com os trabalhadores, é porque os trabalhadores sabem a força que têm...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — António, tu não tens é tempo!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do PS, que dispõe de 1 minuto e 4 segundos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, tenho mais tempo...

O Sr. **Presidente**: — Tem 3 minutos e 19 segundos, desculpe. Foi um lapso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, está bem feito, que é igual!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. e Sr.^{as} Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: 11 meses de Governo, 11 meses de degradação do acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Assim não ganhas Gaia!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — São 11 meses de decisões erradas do Governo, que têm piorado o acesso dos portugueses ao Serviço Nacional de Saúde. Com isso, o Governo afasta-se cada vez mais das promessas que fez na campanha eleitoral e nas primeiras semanas de governação, quando prometeu aos portugueses que ia resolver os principais problemas do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Estão resolvidos!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Falemos das urgências. Este ano e no ano passado, fecharam mais urgências do que em 2023. Há regiões do País que continuam, Sr. Ministro, completamente desprotegidas do acesso a urgências pediátricas, de obstetrícia, de ginecologia, como Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Alentejo e o Algarve, permanentemente sacrificadas com urgências encerradas.

Quanto ao centro de atendimento clínico que o Governo protocolou com a Santa Casa de Misericórdia do Porto, Sr. Ministro, juntamente com o centro de atendimento clínico em Lisboa, no Santa Maria, sabe quantos atendimentos diários fazem estes dois centros de atendimento clínico, Sr. Ministro? 150. Sabe quanto é que isto representa nos episódios de urgência de todo o País por dia? Não chega a 1%! 65 milhões de euros no protocolo assinado com a Santa Casa de Misericórdia do Porto para tão poucos episódios de urgência não estão a resolver o problema dos portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Francisco Sousa Vieira.

Pelo contrário, estão a obrigar os portugueses a ligar para a linha SNS 24 para acederem às urgências.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, há muitos portugueses que diariamente relatam aos Deputados e à Assembleia da República que não são atendidos pela linha SNS 24. Estão prejudicados porque não conseguem aceder às urgências. A Sr.^a Ministra da Saúde diz que não tem conhecimento da situação e, infelizmente, o Governo não consegue resolver uma das suas principais promessas.

Segunda promessa: médicos de família. O Sr. Ministro não disse a verdade na sua intervenção inicial,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, lá!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... e a verdade tem de ser dita com os números que estão no portal do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — O PS mandou os médicos embora!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Ministro, no portal do Serviço Nacional de Saúde, no mês de janeiro, há cerca de menos de um mês, tínhamos mais utentes sem médicos de família do que no dia em que o Sr. Ministro tomou posse como membro do Governo. Essa é que é a grande verdade.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem, é verdade!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Hoje há mais utentes sem médicos de família em comparação com o seu primeiro dia de mandato.

Mais: ao longo dos últimos meses, o Governo eliminou utentes das listas de inscritos nos cuidados primários de saúde. Se este número de 1 milhão e 600 mil portugueses sem médico de família assusta, então, Sr. Ministro, imagine se não tivessem eliminado milhares de portugueses destas listas.

Sr. Ministro, para terminar, quero falar-lhe das listas de espera para cirurgia. Hoje, há mais portugueses à espera de cirurgia do que havia no primeiro dia do seu mandato. Além disso, o Governo não conseguiu cumprir a promessa do Primeiro-Ministro feita na Festa do Pontal do PSD, porque, infelizmente, hoje continua a haver muitos portugueses à espera de cirurgia oncológica, acima do tempo máximo de resposta.

Quem o diz não sou eu, Sr. Ministro. Vou ler o que diz o *Polígrafo*.

Risos do CH.

Diz assim: «O Primeiro-Ministro omitiu ao País o número de doentes que, mesmo com cirurgia agendada, já tinham ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido.»

Aplausos do PS.

Sr. Ministro, 11 meses de Governo, 11 meses de degradação no acesso ao Serviço Nacional de Saúde!

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD, para uma intervenção. Dispõe de 1 minuto e 4 segundos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dissemos, na última sessão plenária, que o populismo se combate com competência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! É com transparência!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — O populismo combate-se com competência. Foi isto que o Partido Socialista, com a colaboração do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português, não fez durante os últimos oito anos, o que significa que o populismo cresceu. Portanto, a responsabilidade é vossa.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Deixem-me dar aqui nota de algo que acho fundamental: do plano de inverno, ninguém fala. Porquê?! Porque foi um sucesso absoluto. Ou seja, o excesso de mortalidade foi três vezes inferior, comparando com o ano passado. Isto são números objetivos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — São factos!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Há outra questão importante que vale a pena referir: no caso da oncologia, foram feitas mais 9000 cirurgias, portanto, o número de cirurgias oncológicas aumentou 13 %.

No caso dos doentes oncológicos fora do tempo máximo de resposta garantido, estamos a falar de 1568, em janeiro de 2024, e de 361, em janeiro de 2025.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Números!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Grande melhoria!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Houve redução, Srs. Deputados! Houve redução do tempo médio de espera para doentes oncológicos: em 1 de junho de 2024, eram 52 dias; em 1 de janeiro de 2025, eram 34 dias.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não houve degradação, houve melhoria!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Eu percebo que os Srs. Deputados não queiram que eu fale, mas enfim! Este é o meu tempo.

Portanto, Srs. Deputados, corrijam os vossos números, vejam o que se está a fazer e lutem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado teve mais 19 segundos de tempo, cedido pela Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando pensávamos que não podia piorar, vem o Rui Tavares!

O Sr. **Presidente**: — Dispõe de 38 segundos mais a tolerância.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: A certa altura, as palavras deixam de valer o que quer que seja, com acusações de «é tudo socialista», ou «é tudo de direita», ou «é tudo de esquerda», fazendo da esquerda e da direita uma espécie de «guerras do alecrim e manjerona», que não têm significado concreto.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha, quem!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São vocês que as fazem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aquilo que os portugueses e a maior parte dos europeus querem é um regime de liberalismo político, aquele que conquistámos no século XIX, com as conquistas de um Estado social forte — que nós, em Portugal, conquistámos tarde, a seguir ao 25 de Abril — e com responsabilidade ecológica perante o planeta. É isso que precisamos de conquistar no século XXI.

Há certamente versões de esquerda e de direita sobre isso, mas o que este debate nos diz é que, quando está tudo confundido, quando não há um roteiro claro para o País — e, Sr. Ministro, o Governo não o tem —, toda a gente atira etiquetas de um lado para o outro, sem saber por onde é que querem ir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para o encerramento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Antes a Paula Santos que o Rui Tavares! Ninguém merece o Rui Tavares!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Denunciámos os problemas concretos que os trabalhadores, os reformados, os jovens e as mulheres sentem todos os dias e que infernizam as suas vidas.

Há quem procure desviar a atenção das dificuldades de quem trabalha e de quem trabalhou toda uma vida, para ocultar o seu compromisso com as opções da política de direita, que são responsáveis pelo agravamento das condições de vida, ao mesmo tempo que salvaguardam os interesses e os lucros dos grupos económicos.

O PCP falou da vida real, dos salários e das pensões — curtos para o mês —, da vida que está mais cara, da privação do acesso à saúde e à habitação. Durante esta tarde, vimos como isto incomodou algumas

bancadas, porque houve quem estivesse mais preocupado com outras geografias, o que revelou um profundo desprezo pelos problemas concretos sentidos no nosso País.

Por mais que tentem, não conseguem esconder as crescentes desigualdades e as injustiças, quando são cada vez mais aqueles que têm de decidir se pagam a renda ou compram a comida, se compram a comida ou os medicamentos, para uma minoria ostentar lucros que ascendem a 32 milhões de euros por dia, à custa do sacrifício de quem trabalha. Isto demonstra que a política de direita não é solução para os problemas, é antes o problema, e está na origem da pobreza e da exploração.

Protestos de Deputados do PSD.

Os acionistas, os especuladores, os banqueiros nunca estarão satisfeitos. A sua ganância não tem limites e utilizam tudo o que podem para alcançar os seus objetivos, movendo complexas teias de influência.

Nas últimas décadas, o que mais tem havido são diversos Governos que se submetem ao poder económico, ao arrepio da Constituição. E aí estão as alterações em matéria de solos e a convergência para promover a especulação. É dito que será um sucesso. Pode ser um sucesso para os especuladores, mas será um desastre para o ordenamento do território e não resolverá nenhum problema de habitação.

Ainda ontem foi manchete que as receitas fiscais provenientes dos rendimentos de capital diminuiram e as provenientes dos rendimentos de trabalho aumentaram.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Aqui está a comprovação de que quando o PSD, o CDS, a IL e o Chega, com a conivência do PS, falam da redução de impostos, o que verdadeiramente querem é reduzi-los para as grandes empresas, não é para os trabalhadores.

Neste debate, ao invés de dar resposta aos problemas reais, o Governo insistiu na ficção, sem qualquer correspondência com o País real nem com a dureza da vida de quem sai de madrugada e regressa à noite, sem ter oportunidade sequer de estar com os seus filhos; de quem foi obrigado a sair da sua casa, porque não consegue suportar o valor da renda; de quem, depois de uma vida de trabalho, se vê com uma mão à frente e outra atrás; ou de quem deseja uma vida autónoma, constituir família, mas não consegue sair da casa dos pais.

Esta é a vida que nos querem impor e utilizam todos os meios e instrumentos para o conformismo, para dividir os trabalhadores, para evitar que se identifiquem as grandes injustiças e que haja a consciência de que quem fica com a riqueza criada pelos trabalhadores e ataca os direitos são os grupos económicos e os partidos que os defendem.

Uma vida melhor exige romper com este rumo de retrocesso e exige uma política alternativa, que combata as desigualdades e as injustiças e assegure uma justa distribuição da riqueza criada; uma política que valorize os salários e as pensões, que combata a pobreza, que garanta uma vida digna e contribua para a dinamização da atividade económica, em vez de benesses aos grupos económicos; uma política que valorize os salários dos trabalhadores, que fixe o salário mínimo nacional em 1000 € e ponha fim à caducidade da contratação coletiva.

Exige-se uma política que fixe e reduza os preços de bens e serviços essenciais, desde logo dos produtos alimentares, da eletricidade, do gás, dos combustíveis, das telecomunicações.

Exige-se uma política que reforce a capacidade do Serviço Nacional de Saúde, adotando soluções para fixar os profissionais de saúde necessários para assegurar o funcionamento dos serviços públicos, atribuindo médico e enfermeiro de família a todos os utentes, e para realizar as consultas, cirurgias e tratamentos a tempo e horas. Isto pode avançar com a dedicação exclusiva, a integração do internato médico na carreira, a valorização das carreiras e a garantia das condições de trabalho e de desenvolvimento profissional.

Protestos do Deputado do PSD Miguel Guimarães.

Exige-se uma política que combata a especulação e invista na oferta de habitação pública, para suprir as carências habitacionais; uma política que proteja a habitação própria e arrendada, pondo os lucros da banca a suportar as altas taxas de juro, garantindo a estabilidade no arrendamento, o controlo de rendas e o fim dos mecanismos de facilitação do despejo.

Exige-se uma política que defenda o carácter público, universal e solidário da segurança social. A sustentabilidade da segurança social não se defende com isenções da TSU (taxa social única), mas valorizando os salários, que significam mais contribuições e melhores pensões, recuperando as dívidas e diversificando as fontes de financiamento.

Está ao nosso alcance — é justo, é necessário e é possível. Os trabalhadores e o povo tomarão nas suas mãos o destino das suas vidas. Hoje, amanhã e sexta-feira estão em luta os trabalhadores das carreiras gerais da função pública, exatamente a reivindicar salários e condições de trabalho.

Hoje, tal como no passado, será a ação e a luta dos trabalhadores e das populações que vão determinar o futuro. Por mais que tentem impedir, não vão conseguir travar a força da luta, porque o povo é quem mais ordena.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Álvaro Cunhal, 1975!

O Sr. **Presidente**: — Para fazer a última intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP agendou este debate para abordar uma suposta degradação. Mas este debate tornou evidente onde é que essa degradação é hoje indissfarçável.

Pelo nosso lado, preferimos puxar pelo País, valorizar o que de positivo estamos todos a construir.

Poderíamos perder muito tempo a lembrar a desresponsabilização da esquerda sobre a forma como deixou o País à deriva. Foram oito anos de governação perdida, com consequências graves para o País, e mais de metade desse tempo, é bom lembrar, foi com o apoio, a aliança e o voto de toda a esquerda, incluindo o Partido Comunista Português. Aliás, a postura do Partido Socialista neste debate mostrou-nos que a esquerda unida está mais coesa do que nunca.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mais do que a direita!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Hoje, mais uma vez, assistimos a um debate em que não se vislumbra uma única diferença entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! É tudo igual!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre não conta para nada!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Aliás, a intervenção do PS é clarificadora por uma outra razão. Num debate em que abordamos a situação social do País, em que abordamos a vida concreta dos portugueses, o tema primordial, a primeira questão que o Partido Socialista quis trazer para este debate não foi as políticas de saúde, as políticas de habitação, as políticas de educação, os apoios sociais, o emprego; foi, sim, a política de comunicação deste Governo. Fomos criticados porque, e cito, quando saem notícias, escondemo-nos.

Ora, o PS ainda não percebeu que o País mudou. Na verdade, ao contrário do Governo anterior, este Governo não prioriza a comunicação como mote para a governação. Para nós, o importante é governar para as pessoas, é fazermos o nosso trabalho, e a comunicação emana disso mesmo com naturalidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Este Governo tem apenas 10 meses de vida, mas já tem resultados para mostrar.

A economia está cada vez a crescer mais, numa aceleração que reforça as expectativas para este ano de 2025, em que prevemos acelerar para um crescimento de 2,1 %. De resto, os salários também estão a subir, e a subir acima da inflação — os salários dos homens e, muito importante, os salários das mulheres. Aumentámos o salário mínimo para 870 €, mais do que o Governo anterior anunciava que ia fazer.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Mas aumentou também o salário médio. A remuneração bruta total mensal média, por trabalhador, cresceu 6,3 %, em 2024, para 1602 €, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística). Mais: aumentaram os salários dos privados, mas connosco aumentaram também os salários da função pública. Depois de quase uma década em que os funcionários do Estado foram prejudicados face à iniciativa privada, em 2024, os trabalhadores das administrações públicas tiveram um aumento superior à média. Desde 2016 que isso não acontecia; com a esquerda unida no poder, isso nunca aconteceu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E isso é importante para qualificarmos os serviços públicos, para termos trabalhadores motivados, para termos paz social, ou seja, o contrário do que a esquerda fez.

Só temos 10 meses de Governo, mas já temos, de facto, muito para mostrar: mais economia, mais salários, mais pensões, mais emprego, e tudo isto com equilíbrio orçamental e com menos impostos.

Nós acreditamos em Portugal e nos portugueses, nas empresas e nos serviços do Estado, no nosso crescimento e na qualidade da nossa força de trabalho. Connosco, não há paralisia: há ação política. Connosco, não há degradação: há solução. Por tudo isto, os portugueses, todos, vivem hoje melhor do que há 10 meses.

Querer insistir numa divisão entre uns e outros, entre nós e eles, é não só passar ao lado da raiz dos problemas, como é também teimar em não querer fazer parte da solução. A suposta luta de classes, que tanta força deu ao PCP, perdeu razão no debate público, porque perdeu adesão à realidade.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Os trabalhadores não dizem isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Essa divisão entre grupos sociais, políticos ou económicos tem cada vez menos cabimento nas sociedades democráticas como a nossa. A narrativa que divide para reinar, que coloca as pessoas umas contra as outras, ricos contra pobres, elites contra o povo, velhos contra novos, só encontra apoio, hoje em dia, em meios extremistas e populistas, tanto à esquerda como à direita — é uma ficção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Do PSD!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Nada disso, nada desse radicalismo que transforma adversários políticos em inimigos irreconciliáveis, que diminui o espaço do diálogo democrático, o consenso e a cooperação, faz falta a Portugal.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Isso dizia o Salazar!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A Portugal, faz falta uma abordagem cada vez mais integradora, para que consigamos enfrentar e debelar juntos os cada vez mais complexos desafios sociais e económicos e a polarização crescente que só serve para nos enfraquecer a todos, individualmente e enquanto sociedade.

A Portugal, faz falta que estejamos todos do mesmo lado, a puxar pelo País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Permitam-me uma curta nota de humor: hoje não houve nenhuma interpelação à Mesa.

Risos gerais e aplausos do PSD.

Ou seja, o debate deve ter corrido mal ou bem, não sei, mas acho que é de saudar que, ao fim deste tempo todo, não houve uma única interpelação à Mesa. Muito obrigado! A Mesa agradece!

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda não acabou!

O Sr. **Presidente**: — Eu sei que ainda não acabou a sessão, por isso, há sempre o risco de isso vir a acontecer!

Assim, apresso-me a dizer que a sessão do dia de amanhã se iniciará às 16 horas e 30 minutos e que da ordem do dia consta, no primeiro ponto, o debate da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVI/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 650/XVI/1.^a (BE) — Cessaçã o de vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse, e 747/XVI/1.^a (L) — Cessaçã o de vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse.

O segundo ponto consistirá no debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 399/XVI/1.^a (BE) — Confere uma maior proteção social às pessoas que trabalham no serviço doméstico, garantindo proteção no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do salário mínimo nacional, 400/XVI/1.^a (BE) — Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstico remunerado e integra o regime jurídico do trabalho doméstico no Código do Trabalho (vigésima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), 512/XVI/1.^a (PCP) — Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteção social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviço doméstico 516/XVI/1.^a (IL) — Isenta de declaração Modelo 10 o trabalho doméstico, 523/XVI/1.^a (PAN) — Reforça o valor do trabalho doméstico não remunerado na economia do casal e prevê critérios para a sua compensação financeira em caso de separação ou divórcio, alterando o Código Civil, 527/XVI/1.^a (PAN) — Reforça a proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas, alterando o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 684/XVI/1.^a (L) — Recomenda a sensibilização sobre os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, 685/XVI/1.^a (L) — Recomenda o reforço da capacidade de fiscalização do cumprimento da legislação referente ao trabalho doméstico e 692/XVI/1.^a (PS) — Pela proteção dos trabalhadores do serviço doméstico, reforçando direitos e combatendo a precariedade.

Informo ainda, Srs. Deputados de Ponte de Lima, em particular os eleitos pelo Alto Minho, que temos agora a inauguração da exposição «900 anos do Foral de Ponte de Lima», no âmbito da iniciativa Dia dos Municípios na Assembleia da República.

Boa noite, até amanhã e muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.